



# Anais da Assembléia

N. 113

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1985

ANO XI

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 98.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1985.  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56). Achando-se em licença os Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Roberto Requião (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n. DTL/93 e 94/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números 133 e 35/85, os quais convertidos em lei tomarão os números 8.154 e 8.153, respectivamente. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 217/85, de sua autoria, que visa a criação do Município de Ventania, desmembrado do Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de lei que declara de Utilidade Pública a Associação de Criminalística do Estado do Paraná - ASCEP.

Sala das Sessões, em 23/10/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação para o Projeto de Lei n. 212/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar até o valor de Cr\$ 41.124.000.000, alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, a retirada definitiva e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n. 08/83, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Advogada ISABEL MARIA SIKORSKI MOSCALEWSKI, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhorita IZABEL MARIA SIKORSKI MOSCALEWSKI, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A extinta era filha do Senhor PEDRO MOSCALEWSKI e Dona LÍDIA REGINA SIKORSKI MOSCALEWSKI, era advogada das mais conceituadas, vindo causar o seu desaparecimento, aos 29 anos de idade, enorme consternação aos familiares e ao grande círculo de amigos.

Requer, outrossim, que seja dado ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica seu desligamento da Bancada do Partido Democrático Social passando a integrar a Bancada do Partido da Frente Liberal.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário de CAMBIRA, em 22 de outubro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor FLORINDO PICOLI, Digníssimo Prefeito Municipal de Cambira - Rua Argentina n. 110 - 86.890 - CAMBIRA - PARANÁ.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, votos de congratulações dirigidos à "Tribuna do Interior", pela passagem dos seus 17 anos de fundação, comemorados na Municipalidade de Campo Mourão, com consequente encaminhamento aos Ilustríssimos Senhores Diretores Bohdan Denksuk e João Maria Teixeira e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Humberto Schvab.

"Hoje, reintegrada aos seus princípios

básicos, a passos firmes, ela trilha os caminhos da informação e formação, na busca de dias melhores para a coletividade (...) a Tribuna do Interior, ávida de recuperar o tempo perdido, ebulir para se adequar ao progresso de sua cidade mãe, na ânsia de bem representar sua região, colocando-se a altura da mesma".

Tais colocações fazem parte do Editorial da "Tribuna do Interior" por ocasião do seu 17.º aniversário de fundação. Fora de qualquer dúvida, caracterizam a intenção de dotar aquele veículo de comunicação de instrumentos que sejam efetivamente capazes de garantir a informação séria e consequente, que em épocas não muito distantes carecia, face ao comportamento até então existente que culminava sempre no faccionismo e tendenciosas informações.

Mas, nos dias de hoje, os aspectos da vida desse jornal mudaram. Ou melhor, voltaram a ser como nos tempos em que o mesmo fora fundado: um jornal comprometido com a verdade e com o bom-senso.

1968. Dia 10 de outubro. Esta data é histórica para Campo Mourão e região. Primeiramente, porque marca o dia da emancipação política e administrativa da cidade (que ocorreu em 1947) comemorando anualmente; e, segundo, pelo fato de que em 1968 os mourãoenses, após sucessivas tentativas anteriores por parte de outras pessoas, passaram a contar com seu primeiro veículo de comunicação impresso.

Ao longo desses anos todos, sem dúvida alguma, a "Tribuna do Interior" registrou em suas páginas grande parte do processo evolutivo de toda aquela rica e imensa região, notadamente as manifestações culturais, os acontecimentos sociais e políticos e o próprio progresso econômico de um modo geral.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, através do presente requerimento, deixar de manifestar o reconhecimento à "Tribuna do Interior", pela disposição que atualmente bem demonstram seus profissionais, a quem dirijo também os cumprimentos, desejoso de que o elevado espírito jornalístico prevaleça sempre, sobrepondo, acima de tudo, aos interesses meramente pessoais ou de grupos.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, para que se determine a construção de sede pró-

pria na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Com uma área que ultrapassa aos 800 km<sup>2</sup>, o Município de Campina da Lagoa possui, em suas ricas e extensas propriedades onde se desenvolvem o cultivo agrícola e a criação de diversos animais, tanto para carne como para leite. Tais realidades sócio-econômicas dão àquela cidade e região, assim como para o Paraná, verdadeiros pilares para o crescimento, que tem sido, seguramente, cada vez maior.

Objetivando dotar Campina da Lagoa de condições compatíveis com suas reais necessidades e aspirações, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Doutor Joaquim Antônio de Lima, está a solicitar a construção de sede própria para a Secretaria de Estado da Agricultura e suas vinculadas. Neste sentido, a Administração local, a fim de contribuir decisivamente para a concretização do presente pedido, assume o compromisso de oferecer terreno e mão-de-obra para a referida edificação.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar o encaminhamento de medidas que viabilizem, num menor espaço de tempo possível, tornar realidade o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, através da Governadoria do Estado, encarecendo a doação de um barracão de madeira para a Municipalidade de Campo Mourão.

Recentemente, foi fundada a ARTECAM - Associação de Artesãos de Campo Mourão. Trata-se de uma Entidade que surgiu no bojo da real necessidade de haver uma organização das pessoas que têm se dedicado às artes de uma maneira geral.

Visando assegurar mecanismos pelos quais possam existir a divulgação dos trabalhos dos referidos profissionais, assim como incentivar novos interessados, a ARTECAM pretende criar a "Casa do Artesanato". Para tanto, conta com a indispensável colaboração dessa Companhia, no sentido da doação de um barracão (de madeiras e telhas), a fim de se criar um espaço para eventos de tal natureza.

Sem dúvida alguma, por tratar-se de uma justa reivindicação, espera-se, por parte dessa COPEL, o atendimento do assunto ora exposto, de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Dirceu Jacob de Souza, Chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado

da Indústria e Comércio.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, para a autorização de cinco novos canais telefônicos para as "Termas Jurema", localizada na Municipalidade de Iretama.

Humberto Gomes Martins, na qualidade de Prefeito Municipal de Iretama, tem recebido vários apelos por parte da população que reside nas imediações das "Termas Jurema", para que interceda junto a essa Companhia no sentido da autorização de pelo menos cinco novos canais telefônicos.

O presente requerimento tem por finalidade reforçar tal solicitação, que é, fora de qualquer dúvida, inteiramente justa, uma vez que visa proporcionar a elevação das condições sociais, em termos de comunicação, naquele povoado.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido do destacamento de novos policiais para a Municipalidade de Moreira Sales.

A presente solicitação baseia-se em decisão ocorrida quando da última reunião da Executiva do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, que, entre outras deliberações, debateu a questão do policiamento da cidade.

O problema levantado pelas lideranças da referida Agremiação Partidária, refere-se à insuficiência de policiais, quanto ao seu número e equipamentos para que os mesmos possam efetivamente trabalhar em condições.

Ademais, conforme afirma o Ilustríssimo Senhor presidente do Diretório do PMDB local, Doutor Osmar dos Santos, é de vital importância a renovação freqüente dos quadros de pessoal, visto considerar tal ato como salutar.

É de capital importância que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública determine a doação de medidas que possibi-

litem garantir o atendimento da presente solicitação, que aliás, mesmo sendo iniciativa do PMDB, vem de encontro às verdadeiras aspirações do povo de Moreira Sales, no que diz respeito a segurança e tranqüilidade de todos.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no intuito da destinação de uma viatura devidamente equipada para a Municipalidade de Moreira Sales.

A Comissão Executiva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro daquela cidade, em reunião realizada recentemente, dentre inúmeras discussões, procederam avaliações em torno das questões da segurança pública em Moreira Sales. Neste sentido, concluíram que o estado que encontra a viatura atualmenete existente é algo lastimável, tendo em vista o seu longo tempo de uso.

O envio de uma nova viatura, devidamente equipada, é a solução que se apresenta não apenas como viável mas como encaminhamento adequado que se aguarda, conforme salienta o Presidente daquela agremiação Partidária, Ilustríssimo Senhor Doutor Osmar dos Santos.

Diante da exposição de motivos, espera-se pronunciamento favorável, por parte dessa Pasta, sobre o assunto, o que trará melhores condições para operação do organismo policial, e, conseqüentemente, maior tranqüilidade e segurança ao povo laborioso de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, encarecendo a criação e instalação de uma central telefônica no Distrito Administrativo de Boubônia, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Há muito tempo que a progressista localidade de Boubônia está a reivindicar a implantação de uma central telefônica. Isto deve-se ao fato de que, nos dias de hoje, as condições em que funcionam os telefones, bem como o serviço público deixar

muito a desejar. Apelo neste sentido é feito pelo Ilustríssimo Senhor Jair Cândido Almeida, proprietário de escritório de contabilidade na região.

Por tratar-se, fora de qualquer dúvida, de uma justa reivindicação, é de se esperar que essa Companhia determine a adoção de medidas que possibilitem a concretização do assunto em tela, beneficiando futuramente a população de Boubônia.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, para que providências sejam tomadas em caráter emergencial, com relação ao sistema de telefonia da Municipalidade de Nova Cantu.

Os usuários têm demonstrado, com muitíssima frequência e indignação, suas insatisfações com relação ao que consideram debilitado sistema de telefonia existente na Municipalidade de Nova Cantu.

Deste modo, por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal daquela cidade, Walmick Pereira, é de vital importância que essa Companhia determine a averiguação de todo o sistema, a fim de que providências sejam encaminhadas, num menor espaço de tempo possível, pondo fim às constantes interrupções nas ligações ou quando as mesmas nem completam, além de outros problemas.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da RADIPAR - Radiofusão do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido da realização de estudos visando a construção de uma torre repetidora de televisão na Municipalidade de Iretama.

Os habitantes da progressista Iretama, que possuem aparelho de televisão, vêm, já de há muito tempo atrás, reclamando das condições atuais quanto à transmissão que é feita.

Segundo o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Humberto Gomes Martins, a cidade só conta com as imagens geradas pelo Canal 8 (Televisão Cultura de Maringá),

que às vezes chega com debilidades), sendo que as demais emissoras não são nem mesmo conhecidos do público.

A construção de uma torre repetidora é a solução apontada, visto que as imagens que chegam em Iretama se dão através da torre da TELEPAR, havendo precariedade em tal processo.

Portanto, é de capital importância que essa RADIPAR e Secretaria de Estado do Interior, através de estudos técnicos e do indispensável respaldo financeiro, determine a construção da pretendida torre.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de carteiras para a Escola Estadual IV Centenário, localizada no Distrito de mesmo nome, pertencente a Municipalidade de Goioerê.

A iniciativa da presente reivindicação, conforme correspondência, é formalizada pela Ilustríssima Senhora Silvia Prandine Moleiro. Na condição de Diretora do referido estabelecimento de ensino, ela afirma que, nos dias de hoje, tem enfrentado uma série de transtornos. Isto em razão da ausência de carteiras e cadeiras para atender a demanda, uma vez que as existentes, muitas não mais apresentam condições de uso.

Trata-se de uma justa solicitação. Deste modo, espera-se dessa Fundação e Secretaria da Educação, o encaminhamento correto que permita assegurar a liberação das pretendidas carteiras e cadeiras.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a destinação de materiais esportivos para a Municipalidade de Janiópolis.

A Administração Municipal daquela progressista cidade, tem, nos seus planos atuais, o desenvolvimento de uma política voltada fundamentalmente para a prática

do esporte em geral. Neste sentido, são muitas as medidas concretas para atingir esta meta, como o reequipamento dos locais para tal finalidade.

Entretanto, faz-se necessário, por outro lado, que essa Pasta autorize a liberação dos seguintes materiais, a fim de permitir melhores condições no sentido de que um maior número de pessoas, notadamente os jovens possam, efetivamente, ter acesso ao desporto, conforme assinala o Ilustríssimo Senhor Chefe do Departamento de Esportes da Prefeitura, Altemir Marques Cruz, de acordo com relação em anexo.

Pelos motivos ora expostos, aguarda-se o seu pronto atendimento, visto tratar-se de uma justa e oportuna solicitação.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação.

Senhor Presidente.

No último dia 27 de setembro realizou-se em Atalaia o 1.º Encontro Intermunicipal de Professores Municipais. Deste evento participaram representações de Atalaia, Astorga, Ângulo, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Castelo Branco, Colorado, Floresta, Florai, Flórida, Iguaçu, Lobato, Mandaguáçu, Paranacity, Santa Fé, Uniflor. Analisando o concurso estadual de 1.ª a 4.ª séries para o mês de dezembro, o encontro definiu as seguintes reivindicações:

- maior salários aos professores municipais "já", piso de 2,2 salários;
- concurso de 1.ª a 4.ª séries ainda este ano, a nível de 1.º grau;
- peso de 7 (sete) por tempo de serviço para os professores que atuam na rede de Ensino Municipal;
- concurso classificatório;
- que as vagas reais existentes sejam realmente preenchidas de acordo com o levantamento feito;
- que as inscrições sejam feitas a nível municipal e que se exija do candidato atestado de residência;
- convênios: caso seja feito, que seja com base em 2,2 salários mínimos;
- estabilidade após 5 anos de serviço.

Tendo em conta a importância destas reivindicações, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma que adote providências no sentido do atendimento daquelas reivindicações.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) TADEU FRANÇA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Ivo Sooma, ilustre advogado de Umuarama, parabenizando-o pela luta desenvolvida no Paraná como representante do "Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte".

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

## JUSTIFICATIVA:

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte é um movimento nacional que visa:

- que a Assembléia Nacional Constituinte seja convocada especificamente para elaborar a nova Constituição do País;

- que se criem comissões municipais consultivas, para contribuir na elaboração da Nova Constituição;

- que se revogue, imediatamente, toda a legislação autoritária, em especial os artigos 87 a 89, 155 a 159 da Constituição Federal vigente; LSN; Lei de greve; Lei da Imprensa e Decreto-Lei n. 1632;

- que se fixe, para março de 1986, a data da eleição dos constituintes;

- que a legislação limite os gastos da campanha constituinte, dê igual acesso aos meios de comunicação a todos os candidatos e se punam os abusos do Poder econômico, verificados durante essa campanha.

Nada mais de acordo com os anseios nacionais e populares. A coerência dos cidadãos que, como advogado Ivo Sooma, são profundamente comprometidos com a democracia é uma garantia de que, apesar dos interesses pessoais que macularam o atual processo de convocação de constituinte para 1986, o povo brasileiro conseguirá garantir sua voz.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando sejam isentos de pagar as taxas diárias de estacionamento, até 31 de dezembro, os proprietários dos veículos apreendidos, que permanecem no pátio do DETRAN, pelas razões que passamos a expor:

- Considerando que as taxas cobradas pelo DETRAN, referentes às diárias de estacionamento dos veículos apreendidos além das multas e demais encargos são exorbitantes, ultrapassando às vezes o valor do próprio objeto, como é o caso das

motos ou carros mais antigos.

- Considerando que, em geral, quem deixa os carros por mais tempo no estacionamento do DETRAN, o faz por não poder pagar a multa e os encargos, o que acarreta o aumento gradativo da dívida, ficando os proprietários obrigados a abandonar seus veículos que vão a leilão periodicamente.

Atualmente (160) cento e sessenta carros e (56) cinquenta e seis motos estão separados para serem leiloados, de um total de trezentos a quatrocentos veículos, em média, que permanecem naquele pátio.

- Considerando que para a maioria da população as dificuldades se agigantam, dia a dia, como o elevado custo de vida e o aumento das distâncias, obrigando as famílias a buscarem ocupações extras para minorar suas necessidades; o veículo deixa de ser objeto de luxo para ser instrumento indispensável de trabalho.

Apelamos, portanto, a Vossa Excelência, seja concedida essa anistia, assegurando a muitos, a possibilidade de recuperar seus veículos, conseguidos a duras penas através de prestações intermináveis e que atendem as necessidades de transporte de toda a família.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido de viabilizar a implantação do Curso de Magistério Noturno em Maringá.

A medida, sentida reivindicação dos maringenses, já foi motivo de requerimento encaminhando a solicitação, por parte da Câmara Municipal de Maringá, enviada ao Governo do Estado.

Nosso pedido visa somar esforços junto ao Poder Executivo, no objetivo de ver concretizada aquela medida.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) TADEU FRANÇA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, solicitando do mesmo providências junto aos órgãos competentes, no sentido da instalação de uma Estação Aduaneira em Maringá.

Outrossim, solicita que da decisão do

Plenário seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Superintendente da SUDESUL, Antônio Candido Silveira Pires, solicitando do mesmo que adote providências no sentido da instalação de um departamento daquele órgão em Maringá, com poderes de atuação idênticos aos exercidos pelos escritórios de Curitiba e Florianópolis, contando com corpo diretivo próprio.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dado ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, solicitando do mesmo providências no sentido do asfaltamento da estrada que liga Palmital à cidade de Pitanga, num trecho de 60 quilômetros.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Senhor Vereador Orides Angeli, da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário de Estado da Segurança Pública, reivindicando a mudança das instalações da CIRETRAN de Londrina, para um outro local de fácil acesso, anexando a ela o setor de Exame Psicotécnico e um Posto do BANESTADO.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente a CIRETRAN está instalada em local impróprio e perigoso, margeando uma rodovia de intenso movimento de veículos, e obrigando os interessados a se deslocarem por mais de 12 quilômetros de distância em busca de um exame psicotécnico, cujo setor se localiza no extremo norte

da cidade e ainda deslocarem ao centro urbano para pagamento das taxas correspondentes.

Ressaltamos, outrossim, que solicitação neste sentido já foi feita pelos Vereadores Paulo Franzon e Vera Manella Cordeiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, bem como aos Senhores Secretários de Estado da Agricultura, Planejamento, Interior, Cultura e Esportes e Saúde e Bem-Estar Social, solicitando cobertura e atendimento à Lei n. 133/84, pelas razões anexo.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, ao Excelentíssimo Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, solicitando informações a respeito da situação real dos 31 servidores da Secretaria de Estado da Educação, que foram colocados à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, principalmente no que se refere a situação legal e responsabilidade de pagamento.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) IVAN GUBERT

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 7828, de 29 de dezembro de 1983, dispõe que os servidores da administração direta e indireta somente poderão ser colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado para fim determinado, por prazo certo e sem qualquer ônus para o Poder Executivo. O ofício ATCC 5367/85, de 24/07/85, comunica normas estabelecidas pelo Senhor Governador, visando disciplinar e uniformizar a cedência de servidores públicos.

O que se pretende é saber se no caso em tela, da Prefeitura de Curitiba, os servidores estão enquadrados nas normas e legislação vigente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, inteiro teor de pronunciamento feito em nome do Presi-

dente desta Casa, por ocasião do "ENCONTRO DE ENGENHEIROS DA REGIÃO SUL - I ENRESUL", realizado nesta Capital, no período de 17 a 19 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 273/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica denominado "JOSÉ ADAMOWICZ" o trecho da Rodovia PR-239, compreendido entre as cidades de Cândido de Abreu e Reserva, neste Estado.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: ANTÔNIO BELINATI,  
TUGUIO SETOGUTTE,  
AUGUSTO CARNEIRO e  
FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

José Adamowicz chegou ao Brasil em 1912, passando a residir no Distrito de Três Bicos, hoje pertencente ao Município de Cândido de Abreu.

Foi ele o construtor das primeiras pontes exigidas da região do Ivaí, com auxílio de seus irmãos e familiares.

Pioneiro na profissão de transportador de cargas, deu grande incentivo ao comércio local, cujas mercadorias eram trazidas e levadas em comboios formados por grandes carroções.

No correr dos anos tornou-se a pessoa mais conhecida na linha Ponta Grossa, Ivaí, Tereza Cristina, Apucarana, Três Bicos, Reserva e Cândido de Abreu, pelos inúmeros favores que prestou a todos que o procuraram como elemento de comunicação entre uma localidade e outra.

Dada a inexistência de ônibus de carreira, seus veículos eram freqüentemente usados para o transporte de pessoas, internamento de doentes, e outros serviços de Utilidade Pública, tais como entrega de correspondência e de remédio.

Nada mais justo, portanto, do que se prestar essa merecida homenagem àquele desbravador.

PROJETO DE LEI N. 274/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ - ASCEP com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor

na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/10/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Criminalística do Estado do Paraná - ASCEP - congrega cento e sessenta associados.

Trata-se de classe de profissionais, peritos oficiais, cujo desempenho da atividade é definida em nossa legislação adjetiva penal, com competência no procedimento das realizações dos exames de corpo de delito, fator auxiliar preponderante e imprescindível na distribuição da justiça.

Assim, ao longo dos anos de sua fundação (29/04/76), a Associação de Criminalística vem desenvolvendo destacado papel no congregar a classe, promovendo e possibilitando o intercâmbio socio-esportivo-cultural, necessários à sua integração.

Como mantenedora deste elo e com efeitos reflexivos comunitários expressivos, tem essa Associação buscado propostas que possam despertar ainda mais o espírito de pesquisador no associado, de cuja contribuição efetiva espera uma sociedade melhor, mais criativa e justa. Para tal, a realização de conclaves, cursos, publicações de trabalhos de natureza técnico-científica, é sua tarefa constante. Comprova-se, as realizações, com sucesso do V Congresso Nacional de Criminalística, no ano de 1979, e do I Encontro Nacional de Criminalística, no ano em curso, com afluência pública em torno de seiscentos participantes, respectivamente.

Nesses eventos, estendeu-se a participação à comunidade, visando-se principalmente a juventude estudantil, por entender fundamental a difusão da Criminalística.

A publicação neste ano da revista "Criminalística", com circulação gratuita a nível nacional, é outra proposta a se acumular com a realização de cursos e semanas de criminalística efetivados em diferentes estabelecimentos de ensino, as vezes inclusive em convênio com a Escola de Polícia.

Nas atividades esportivas, efetiva tem sido sua participação e contribuição para a realização de olimpíadas dos funcionários públicos, seja a nível secretarial ou do poder executivo.

No aspecto social também tem mantido seus compromissos atuando em favor dos menos favorecidos, promovendo ou participando de movimentos de solidariedade, como o da campanha aos flagelados do Estado, no ano de 1983, ao remeter à cidade de União da Vitória, um caminhão com roupas e utensílios diversos.

O SR. PRESIDENTE - (Antonio Annibeli)

Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mengrue.

O SR. ODENI MONGRUEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns dias atrás o Sr. Presidente da República determinou aos municípios que encaminhem os estatutos do magistério próprio para serem apreciados pelas respectivas Câmaras Municipais, sem que isto sejam feitos os repasses da cota salário educação.

Quero, portanto, destacar aqui a iniciativa do Prefeito Maurício Fruet neste sentido, justamente objetivando dotar a Rede Municipal de Ensino de Curitiba de um Estatuto próprio do Magistério.

O papel social do professor na sociedade moderna, com transferências crescentes de funções familiares no processo de educação da criança precisa ser reconhecido pelos governantes através da adoção de medidas que valorizem a atividade docente.

As mudanças nos sistemas educacionais conduzem a uma grande insegurança do professor, tanto quanto a competência das decisões, pedagógicas, quanto a situação jurídica e de trabalho imprecisas que atingem o professor e a escola.

O Estatuto do Magistério Municipal, cria, com certeza, entre os professores integrantes do quadro, entusiasmo e motivação, face às perspectivas na carreira profissional que abraçaram.

O encaminhamento à Câmara Municipal de Curitiba desse projeto de lei, após as conseqüentes aprovação e promulgação, definindo as condições de ascensão, as categorias docentes estarão sendo atendidas. Assim, justas aspirações dos professores da rede municipal, quanto ao reconhecimento efetivo de seu trabalho e de sua qualificação.

A Rede Municipal de Ensino da Capital, pela sua expressão e importância, necessita pois de um Estatuto do Magistério que sirva de base para disciplinar e garantir as melhorias funcionais aos seus professores.

Para isso é indispensável que esse estatuto não seja apenas um mecanismo burocrático, mas que reflita o próprio sentido sendo aplicado na prática, e trazendo desta forma, os benefícios desejáveis para a classe.

O avanço vertical, a incorporação da gratificação de regência de classe, a fixação de 20 horas semanais, a promoção por merecimento além de outros, são aspectos importantes na valorização do trabalho docente, que serão consagrados pelo referido

estatuto.

Temos consciência de que o bom ou mau funcionamento depende essencialmente não dos fatores pessoais. Mas é inegável que essa medida adotada pelo Prefeito Maurício Fruet, encaminhando aos Vereadores para apreciação o projeto do Estatuto Próprio para o Magistério Municipal, deve ser destacado pelo avanço que representa em favor da melhoria do ensino, consagrando também o reconhecimento da administração pública ao valor e ao significado do trabalho desenvolvido pelo Magistério Municipal de Curitiba.

Alcança pois, com isso, o Prefeito Maurício Fruet uma das grandes metas de sua administração. E deixará sim, marcada a sua passagem frente à Prefeitura Municipal por essa contribuição expressiva que oferece no presente momento à classe do Magistério Municipal da Capital do Estado.

Devo pois, nesta semana que se sucede ao dia 15 de outubro, data consagrada ao professor, destacar a iniciativa do Prefeito Municipal Maurício Fruet, encaminhando essa velha aspiração do magistério dessa cidade, a fim de que sejam efetivamente disciplinadas as condições da carreira profissional que tão bem desempenham junto à rede oficial de ensino.

Parabéns, Prefeito! Parabéns, integrantes do Magistério Municipal de Curitiba! A medida ora adotada foi, em seguida, acompanhada por atitude do Sr. Presidente da República, determinando que medidas congêneres sejam estendidas a todos os municípios deste País.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli). No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob o desencanto da Nação o Congresso Nacional começa a votar hoje a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

É interessante lembrar a pregação feita pelo PMDB em especial, há 2, ou 3 anos passados, quando buscava de uma forma pertinaz, a Convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Chegou a sua oportunidade. Governo na área federal, majoritário no Congresso Nacional, aliado à Frente Liberal, o PMDB tinha, enfim, a oportunidade para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e exclusiva como quer a sociedade brasileira; no entanto, herdou e muito rapidamente o PMDB, os vícios da antiga ARENA, os vícios do PSB submisso, porque muitos, dentro da

ARENA e do PDS, mantiveram-se com independência ao longo desses últimos anos, e o Presidente da República encaminhou, ao Congresso Nacional, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte também com poderes congressuais, arranhando e violentando o pensamento da sociedade civil brasileira! Foi além, o PMDB, destituiu o Relator da matéria, promoveu a sua substituição e o seu substituto apresentou um Substitutivo, de interesse do Governo Federal!

Mas venho lamentar também, Srs. Deputados, a postura da Comissão Executiva Nacional do meu partido, o Partido Democrático Social, venho protestar contra a atitude dos Líderes do PDS na Câmara, e no Senado - sem consultar as bases partidárias, engajaram-se no Projeto do Governo, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte Congressual; e quero trazer ao conhecimento da Casa, telex que remeti no dia de hoje ao Senador Amaral Peixoto, Presidente do Diretório Nacional do meu Partido, cujo teor é o seguinte:

"Lamento profundamente posição adotada Direção Nacional Partido Democrático Social, acompanhando iniciativa Governo Federal PMDB e Frente Liberal a respeito Convocação Assembleia Nacional Constituinte contrariando manifestada expectativa da sociedade civil brasileira interessada numa Constituinte exclusiva.

Lideranças políticas independentes, setores importantes da Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Cristã Feminina do Paraná, dentre outras pessoas e entidades, manifestaram publicamente seu interesse por uma Assembleia Nacional Constituinte sem poder Congressual, legítima, exclusiva e soberana.

Frustrado, vejo o meu partido que presidido no Paraná, engajar-se ao projeto governista, em oposição ao que os brasileiros pretendem. Essa postura violenta o compromisso com a Nação, dos que se propunham a executar o que mais conviesse ao interesse popular, anulando a esperança de brasileiros que acreditam que a Nova República não seria apenas um rótulo, mas, uma mudança de métodos e conceitos".

Este é o telex que acabo de encaminhar ao Senador Amaral Peixoto, pedindo a Sua Excelência! que dê ciência dessa nossa manifestação, aos líderes do meu Partido, no Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que com toda tranqüilidade afirmo que, a população brasileira está frustrada, pela maia-sola que vai ser a Assembleia Nacional Constituinte!

Muito Obrigado.(Sem Revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna, nesta tarde, para renovar o convite, a todos os integrantes deste Poder, para que participem do Simpósio Paranaense sobre Políticos de Saúde, que o Poder Legislativo do Paraná, juntamente com o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e a Secretaria da Saúde do Estado, promovem, a partir da quinta-feira próxima.

Nestes dois dias e meio de debates que neste Plenário e nas demais dependências da Assembleia Legislativa se realizarão, boa parte da Política Nacional de Saúde e Previdência Social estará sendo analisado, questionada e reorientada não só no que diz respeito às políticas e aos programas dirigidos ao atendimento da população brasileira e à paranaense em particular, mas que de futuro se espera da futura Constituição do País. Parte dos debates é dedicado à discussão sobre saúde e a Constituinte. E a nossa Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Paraná, que já marcou posição há dois anos atrás, quando em 1983 se realizava o 1.º Simpósio, definiu linhas e diretrizes que acabaram por ser incorporadas na Plataforma eleitoral dos então candidato Tancredo Neves e José Sarney e que hoje vêm, a duras penas, sendo incorporada na política oficial de saúde e de previdência social, como é o caso das ações integradas de saúde, eliminando já a histórica e anacrônica dicotomia entre saúde pública e assistência médica previdenciária. Como a questão da universalização do atendimento médico, o problema dos benefícios e de todo um modelo corruptor, beneficiando as indústrias farmacêuticas, as indústrias de equipamentos médicos e empresariamento médico em nosso País.

Portanto, aqui nesta Assembleia Legislativa, a partir de quinta-feira pela manhã, estará sendo promovido com participação de representações de todo o País, da área técnica e da área política, inclusive do Parlamento Brasileiro da Saúde, uma ampla discussão sobre os vários tópicos que dizem respeito à saúde da mulher, do trabalhador, à saúde da criança, ao relacionamento entre saúde e meio ambiente, enfim, todas as questões que dizem respeito no cotidiano. Como a educação, a saúde também é um dos pontos prioritários de reivindicações e de luta.

O nosso registro aqui, portanto, nesta tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é

no sentido de que os integrantes do Poder Legislativo do Paraná, da mesma forma como em 1983, enriqueceram os debates participando das sessões que estavam programadas em 1983, repitam a dose e participem dos debates que nessa quinta, sexta e sábado pela manhã próximos, serão promovidos aqui na Assembleia Legislativa.

Em segundo lugar, aproveito a oportunidade e o tempo, para manifestar e registrar que estamos dando entrada à Mesa Executiva desta Assembleia, um requerimento dirigido ao Sr. Governador do Estado, manifestando o apoio ao processo sucessório que hoje se realiza na Universidade Estadual de Londrina. Processo sucessório que visa através de uma eleição direta de Reitor e Vice-Reitor, com a participação de todas as entidades representativas da comunidade universitária de Londrina, seja na área de docente, de estudante e funcionário que já há mais de um ano, elaboram esse processo que já se realizou anteriormente na Universidade Estadual de Maringá e que agora neste final de ano, início de 1986, se dá na Universidade de Londrina.

Esse o nosso requerimento dirigido ao Sr. Governador, para o qual solicitamos o apoio, no sentido de hipotecar solidariedade e respeitar a decisão e a vontade da comunidade universitária de Londrina.

Muito Obrigado. (Sem Revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos em uma campanha eleitoral da maior cidade do Paraná e da cidade de maior destaque do Brasil.

Os candidatos da atual Situação falam tanto da Velha República, condenam o PDS, dizem que o PDS atrapalhou, pôs à execração pública o povo do Brasil, mas se esquecem que eles atacam diretamente o atual Presidente da República, José Sarney. O candidato a Prefeito do PMDB vai aos canais de televisão e diz que foi uma irresponsabilidade a Velha República, sem saber, na sua consciência, que José Sarney pertenceu, Senhor Presidente, pertenceu, Senhores Deputados, desde 1964 até o apagar das luzes do Governo Figueiredo, ao Governo da Velha República.

Como pode, Senhor Presidente, essas mariposas da ilusão falarem com Tancredo Neves em seu túmulo, pedirem que abaixe o Pai do Santo para atacarem os homens da antiga ARENA e do PDS, sabendo que o chefe máximo desta República comandou como Senador, como seu Presidente, a Velha República?

Onde está a coerência desta gente que, no desespero, sabem que Jaime Lerner vai ser o futuro Prefeito desta Capital? Atacam sem saber; inopinadamente falam mal da Velha República; atacam o seu Presidente, o homem que, num passe de magia, foi galgado à Presidência da República, o homem que pertenceu, como nós pertencemos à Velha República.

Onde está a moral deste candidato derrotado do PMDB que há de sentir a dor da derrota: Que haveremos de unir com os outros Partidos da Oposição paranaense, mostrar a nossa Terra e a nossa gente os desmandos, os assassinos do Maranhão, os demandos dos dólares do Paraná. Homens que mandam matar e assassinar ordeiros agricultores.

Onde está meu Paraná? Onde está esta gente, meu Paraná, que ataca o seu próprio Presidente da República falando mal da Velha República? Sabemos que a Nova República está claudicando por falta de suporte e falta de inteligência dos seus Ministros, com exceção dos Ministros da Frente Liberal que nós emprestamos. Estes são os homens que não de sofrer o amargor da derrota, e vamos começar por Curitiba porque quem tem o "Coração curitibano" sabe que nós haveremos de vencer com Jaime Lerner e depois unirmos as oposições, a este sistema dos homens que atacam os seus próprios chefes.

Índio que ataca o seu cacique não merece confiança; PMDB que ataca a Velha República deve atacar José Sarney.

Muito Obrigado. (Sem Revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejaria, nesta oportunidade, apresentar minha solidariedade e meu apoio aos partidos políticos no Congresso Nacional, que houveram por bem aprovar o Substitutivo da Mensagem do Governo Federal que estará sendo votada nas próximas horas e que prevê a Constituinte no Brasil.

A Constituinte originária de instituições como a Ordem dos Advogados, como a Igreja, e como outras representações da sociedade brasileira defendiam-se e não via congressual, trouxe na verdade uma discussão bastante elucidativa ao quadro brasileiro. Acho que os partidos políticos, a quem na verdade, e os congressistas, em nenhum só instante, em nenhum só momento durante o regime autoritário e arbitrário que se abateu sobre a Nação, foram extamente os políticos que não se arredaram o pé um só instante de todo o pro-

cesso, de toda a luta, de toda a resistência, que redundou no próprio Congresso Nacional por derrotarmos o regime arbitrário.

Uma Constituinte originária e que eliminasse os políticos na Constituinte, na verdade estaríamos criando, não só para a classe política, uma injustiça pessoal contra aquelas pessoas que no exercício de mandatos políticos, foram realmente os grandes sacrificados pelo regime autoritário. Mas nós, principalmente, ao defendermos uma Constituinte originária, e sacramentarmos isto via Congresso Nacional, estaríamos decretando, poderíamos dizer, a própria falência da instituição do Congresso Nacional no Brasil.

Assistimos, durante alguns meses, a uma verdadeira campanha que se abateu sobre o Congresso Nacional, no sentido de desmoralizar o político, no sentido de tornar o Parlamentar uma pessoa suspeita acima de tudo e a qualquer instante, procurando tachar o político exatamente como os militares procuraram tachar o político, de que é um cidadão que só legisla em causa própria, de que é alguém que só está preocupado com sua equação pessoal. E somos testemunhas, e a Nação é testemunha, de que foi o Congresso Nacional e via Congresso Nacional, que conseguimos transpor de um regime autoritário para um regime de transição que o Brasil atravessa e que se encaminha para a Democracia. Alijam os políticos da Constituinte como queriam algumas instituições, data vênica, seria reconhecer a falência da instituição congressional no Brasil; porque se o Congresso Nacional não representar a sociedade brasileira na abrangência dos múltiplos interesses que transitam na sociedade brasileira, poderíamos dizer que qualquer tipo de regime para o Brasil seria bom, menos o democrático, porque não há ainda - e o homem não conseguiu inventar e descobrir mecanismos que não sejam através da instituição parlamentar.

Na verdade, urdiu-se no Brasil uma trama muito bem urdida, através dos meios de comunicação, para se conseguir um desiderato final, que era uma Constituinte em que o Congresso Nacional, em que os Parlamentares, em que os políticos, aqueles que em um só minuto se afastaram da luta constante da resistência democrática no Brasil, se organizasse uma Constituinte sem a presença do político.

Por isto, quero aqui expressar o meu apoio ao Substitutivo, de que será votado, de que teremos uma Constituinte via Congresso Nacional. Porque acredito que a classe política possa dar para o Brasil, ainda aquele sentido, aquela visão, preencher neste momento e neste espaço histórico, o verdadeiro papel que o político sem-

pre teve no Brasil, com deficiências, é verdade, com restrições, é verdade, mas sempre encarando e sempre representando, na realidade, o grande interesse, o interesse maior da Pátria brasileira.

Em termos de Brasil foi, com tranquilidade, com paz, sem violência saímos do regime autoritário e entramos no regime democrático.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra, ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como integrante do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, o motivo que nos traz à tribuna, na tarde de hoje, é para um ato de justiça, num ato de gratidão, expressar aqui nossas palavras de reconhecimento ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, que ontem à noite e na hora do almoço do dia de hoje, deu uma grande colaboração à candidatura de Jaime Lerner, o candidato do PDT, coligado com a Frente Liberal.

Isto em razão do PMDB ter feito uma gravação no Rio de Janeiro, com o brilhante jornalista Artur da Távola, que num gesto de imparcialidade e de liberdade, analisando a cidade de Curitiba, rasgou os maiores elogios a Curitiba construída por Jaime Lerner. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por um ato de justiça, registro a gratidão do PDT por esta preciosa colaboração que o PMDB buscou no Rio de Janeiro, gravando uma entrevista com o carioca Artur da Távola, que durante esse seu pronunciamento no Horário do T.R.E., chegou a afirmar que é amigo de Jaime Lerner e elogiou também esta Curitiba construída por Jaime Lerner.

É este o nosso muito obrigado pela colaboração. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois são os assuntos que me trazem à Tribuna, nesta tarde.

O primeiro, para enfocar a decisão tomada na semana passada e já do conhecimento público, que é do meu ingresso no Partido da Frente Liberal.

Nesta tarde estou oficialmente comunicando à Mesa este fato para reconhecimento dos Senhores Parlamentares, tomarei a li-

berdade de proceder a leitura da carta que encaminhei ao dinâmico Deputado Airton Cordeiro, meu amigo particular e Líder do Partido Democrático Social no Estado do Paraná.

Quero dizer, inicialmente, o meu ato não é absolutamente qualquer forma de demonstração de antipatia ou de descrédito às valorosas lideranças do Partido Democrático Social, ao qual continuo a ter a maior admiração.

A carta que encaminhei a Sua Excelência, está vazada, ou, esteve vazada nos seguintes termos: (Lê):

"Meu caro Deputado Airton Cordeiro:

No decorrer do ano passado, registraram-se os grandes embates e mudanças, no Partido Democrático Social, muitos companheiros, que, ao longo dos anos, confio o meu prestígio manifestaram desacordo com importantes decisões adotadas nesta agremiação, a nível nacional, sem audiência da maioria dos filiados.

Nossa Pátria vivia, então, uma nova realidade! Sem ignorá-la nos muitos encontros, realizados em diversas localidades do Estado, discutimos os fatos e hipótese, dentro as quais as propocionadas pela nova Legislação dos Partidos Políticos.

As avaliações nunca foram caracterizadas pelo segredo, os pareceres resultantes e as avaliações dos mesmos foram levadas ao seu conhecimento e até divulgadas por órgãos da imprensa. Há alguns meses foram convocadas as eleições dos Diretórios Municipais do PDS, esforçamo-nos para atender à conclamação do então Presidente Regional e dos seus apelos de Secretário Geral, para a reorganização daquelas unidades básicas. Não lhe coneguei informações sobre o andamento dos trabalhos relacionados com o evento. Cheguei a até prevenir-lhe sobre manobras de pretendentes de hegemonia partidária em importante município, que acabaram por afastar valerosos companheiros de salutar exercício democrático. Não poderia deixar de me solidarizar com aqueles que se viram injustiçadamente alijados, por isto, manifestei-lhe, com a habitual franqueza que os vínculos com o partido se enfraqueciam cada vez mais, sem motivação para participar das eleições do Diretório Regional, declinei do seu convite a integrar a chapa liderada pelo companheiro, mesmo assim, vi, meu nome sufragado, esta demonstração de simpatia e estima, muito me sensibilizou, pois, apesar de não disputar função lhe assegurara o meu modesto apoio.

Em agosto, a Convenção Municipal do PDS, lançou os honrados e dignos nomes dos Doutores Paulo Pimentel e Ivo Arzua, para concorrer aos cargos de Prefeito e vice-Prefeito de Curitiba, respectivamente.

Antes do desencadeamento da campanha

eleitoral, fui ao Doutor Paulo Pimentel, cientifiquei-o da decisão praticamente do interior do Estado, de ingresso em outra agremiação partidária, atendendo a um dos vários convites formulados. Expliquei a decorrente dificuldade de estar presente e atuar na sua candidatura, pois isso poderia gerar constrangimentos se efetivada a minha nova filiação, antes do pleito. Perdura, até agora, a regra legal que prevê a necessidade do candidato às vindouras eleições parlamentares de 1986, estar definido por Partido Político, antes de 15 de novembro próximo. Como concorrente à reeleição, por estímulo de respeitáveis líderes e cidadãos da nossa terra, busquei, de muitos deles, as opiniões recenes quanto ao procedimento a ser adotado, prevaleceu o entendimento de que convém, a tempo, prosseguirmos na nossa tarefa na construção de uma sociedade ideal, militando em outra opção partidária. Devo, portanto, dar seguimento à conclusão a que, juntos, chegamos, e anunciar-lhe o meu desligamento do partido Democrático Social.

Estou seguro de que esta decisão política não afetará a nossa amizade pessoal, nem tampouco a que me une a estimados e admiráveis paranistas, presentes, em elevado número no Partido que é privilegiado com a sua competente liderança."

Aqui, Senhor Presidente, estão expostas as razões que me levaram a pedir o desligamento do Partido Democrático Social.

Encaminharei, em seguida, à Mesa, a comunicação, para os devidos registros.

O segundo assunto, Senhor Presidente, que me traz à tribuna, é relacionado com a lei n. 133/84, que tem por objetivo a preservação da espécie nativa mais característica do Paraná, o Pinheiro, e a ave símbolo do Paraná, declarada pela mesma lei, que é a Galinha Azul. (Lê):

"Pensamos que a eficácia de uma lei está na eficiência de sua aplicabilidade.

HISTÓRICO - No Brasil, as primeiras medidas oficiais, tomadas em relação à implantação, de florestas, datam do período colonial, 1.799 quando o príncipe regente D. João, baixou uma resolução determinando a distribuição de sementes gratuitas a fim de incentivar o plantio de pinheiros.

Depois, surgiram vários decretos a nível de Estado, legislando sobre a conservação e acréscimo de florestas, inclusive concedendo incentivos a quem as preservasse, dando-lhes desde isenções tributárias até prêmios em dinheiro.

Apesar disso o 1.º Código Florestal, a nível nacional, somente foi promulgado pelo Decreto n. 23793, de 23 de janeiro de 1.934, que trouxe, indiscutivelmente, um maior poder de controle e fiscalização vi-

sando a proteção das matas brasileiras.

O 2º Código Florestal Brasileiro criado pela lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1.965 que está em vigor atualmente, foi bem modificado com relação ao anterior, melhor ajustado à realidade florestal da época, regido de forma a simplificar seu entendimento e compreensão e com isto facilitar sua aplicação.

Em 1.966, o Governo Federal, criou a lei n. 5.106, incentivando o plantio de florestas, mediante o abatimento do imposto de renda devido às pessoas físicas e jurídicas.

Em 27 de fevereiro de 1967, face à necessidade de um órgão responsável pelo desenvolvimento florestal, o governo criou o IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal pelo Decreto n. 289.

As matas de araucária que deram ao Paraná o título de "Terra dos Pinheirais", tiveram grande importância no desenvolvimento econômico do Estado, a exploração trouxe muitas divisas. Hoje, porém a economia paranaense, já não se desenvolve à sombra do pinheiro (Araucária Angustifolia), pela simples razão: o ciclo da madeira foi tão devastador que a espécie quase desapareceu.

Também, pelo fato, da floresta no passado ser vista como um entrave à colonização, um obstáculo à ocupação e à implantação da agricultura.

Pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Paraná, atestam que de 73.780 quilômetros quadrados com matas de araucária, restaram apenas 3.166 quilômetros quadrados. Estas florestas começaram a ser dizimadas desde o início da colonização do Estado, para a construção de casas, móveis e para fabricação de artigos de madeira, para o consumo local. Com o ciclo do mate, surgiu a necessidade de embalagens para a exportação, outros pinheirais tombaram, a produção aumentou e o setor madeireiro se expandiu cada vez mais diversificado.

Com a 1ª Guerra Mundial surgiram oportunidades para a colocação do pinho paranaense no mercado externo. Até 1.930 forma derrubadas mais de 34 mil quilômetros quadrados de matas de araucária.

De 1.930 a 1.960 outros mil quilômetros quadrados foram destruídos, nesta época o Paraná tinha a maior madeireira da América do Sul, a firma João Sguario S/A. e de 1.965 a 1.970 a derrubada da araucária aumentou em 31,9%. De 1.975 a 1.979, a retirada suplantou em 6 (seis) vezes, o plantio da araucária, segundo o professor Sebastião do Amaral Machado, pesquisador da Universidade Federal do Paraná.

Nada se fez para preservar o pinheiro, pois nos projetos de reflorestamento, dá-se prioridade às espécies importadas como o pinus.

Analisando o corte do pinheiro obser-

vamos que traz inúmeros problemas:

- É difícil e quase impossível a regeneração da árvore cortada.

- A semente (o pinhão) é muito pesada, impossível de ser carregada pela água, ou transportada pelo vento.

- É comestível tanto pelo homem como por animais.

- Demora 2 a 3 meses a germinação e nesse período poderá ser atacada por insetos ou peste. Os que conseguirem brotar ainda poderão ser destruídas por animais, fogo, ou pelo próprio homem para ornamentação.

O Governo Federal atualmente, fornece cotas de reflorestamento por estado e recebe mais, quem tem maior expressão e força política.

O Paraná vem perdendo ano a ano a sua cota de reflorestamento. Um exemplo típico na luta para implantação de um reflorestamento que atenda as suas necessidades temos no Estado de Minas Gerais. Esse Estado sem tradição madeireira, que não dispõe de um parque industrial madeireiro tão grande, quanto o nosso Estado do Paraná, ocupa o 1º lugar em área reflorestada no País, superior a 1 milhão de hectares de florestas.

Podemos atribuir essa situação privilegiada de Minas Gerais, ao fato desse Estado ter refletido a tempo sobre a questão da recuperação do seu potencial florestal. Minas Gerais, possui uma política florestal, voltada para os interesses maiores da comunidade. Enquanto que no Paraná o reflorestamento em grande escala está concentrado nas mãos de grupos econômicos ligados à indústria de papel, celulose e bancos.

No Paraná, não temos uma política florestal definida e clara que possa levar o reflorestamento à nível da pequena e média propriedade rural. Isto porque o Governo do Paraná tem sido o grande ausente no setor florestal. Não existe uma estrutura específica para a área de atuação florestal.

A ONU e a FAO, recomendam que a reserva florestal não deve ser inferior a 30% da área de um Estado ou País.

A política de reflorestamento implica na liberação de verbas pelo IBDF, pois é quem dita a política a nível nacional. Graças a essa política, o Paraná foi reflorestado em apenas 02% do seu território, a partir da lei 5.106 de 02/09/66 do Presidente Castelo Branco. Mas estamos muito aquém do necessário.

O Estado do Paraná tardiamente criou o Instituto Estadual de Florestas, iniciativa privada criada com apoio da COIMD Conselho Consultivo da Política Comercial e Industrial do Paraná, da classe florestal e madeireira, FAEP, FIEP Sindicato dos Engenheiros Florestais, Associação dos Re-

florestadores do Paraná, Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, com apoio total da Secretaria de Indústria e Comércio, e recomendado até mesmo pelo próprio IBDF.

Reconhecemos que o Paraná é um pujante Estado agrícola, responde mais de 25% da produção brasileira de cereais. Porém não podemos esquecer da tradicional vocação florestal e sobretudo que os temas floresta e agricultura não são conflitantes antes até se complementam. A silvicultura não pode em hipótese alguma, viver divorciada da agricultura.

Na Europa, costumam dizer que a floresta é a mãe da agricultura e onde não mais existir floresta, a tendência será o pré-deserto.

É necessário que o Governo do Estado do Paraná se sensibilize enquanto é tempo, da necessidade de dotar o Paraná de uma estrutura administrativa que dê apoio ao plantio da araucária em todos os cantos do Estado, devolvendo ao nosso solo os 20% previstos pelo Código Florestal Brasileiro.

No Estado do Paraná foi criado o Instituto Estadual de Florestas em 10/11/84 pela iniciativa privada. O apoio formal e logístico é dado pela Secretaria de Indústria e Comércio, trabalha com convênios, contra com o apoio do CNPQ e FINEP.

É um órgão com desempenho satisfatório, porém, com inúmeros percalços e dificuldades. O ideal seria que o Estado o mantivesse com recurso a fundo perdido.

Pois que, tendo em vista a crítica situação atual há necessidade de uma decisão política sobre o futuro das florestas remanescentes de Araucária. Por outro lado é também necessário que seja tomada uma decisão política sobre o futuro das florestas remanescentes de araucária. Por outro lado é também necessário que seja tomada uma decisão acerca das florestas particulares quanto ao seu objetivo sob o ponto de vista privado e sua contribuição para a sociedade como um todo.

É importante, sob a ótica de médio e longo prazo, que as condições de vida do homem sejam levadas em consideração em primeiro plano, quando do planejamento da utilização destas florestas. Considerando, que a cobertura florestal tem importante e vital papel na vida humana e para a economia de um Estado, há necessidade de que seja elaborada uma política voltada à manutenção das mesmas, principalmente quanto às florestas de araucária."

E esta decisão política sobre, digo, acerca da manutenção das florestas de Araucária devem ser tomadas dentro de um tempo relativamente curto. Os políticos devem se conscientizar quanto às consequências que terá o esenvolvimento do qua-

dro atual. Na nossa opinião, essa decisão com relação à manutenção das florestas da araucária é de grande importância, caso contrário, teremos uma decisão negativa contra a população paranaense e contra o futuro de nossas terras, pois implica em rentabilidade financeira, melhoria do ambiente, da paisagem, equilíbrio ecológico e preservação da Gralha Azul.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Parabenizo-o, Deputado Ezequias Losso, pela oportunidade do tema que Vossa Excelência traz à apreciação desta Casa, neste momento. É da maior importância e seriedade o problema do reflorestamento do Paraná, o problema da conservação e replantio da araucária no Estado do Paraná.

É bem verdade que o Governador José Richa teve no seu Governo e está tendo uma preocupação com o meio ambiente não tido esta mesma preocupação por outros Governos anteriores.

Todavia, ilustre Deputado Losso, esta preocupação ainda não é necessária e nem é bastante para realmente nos tranquilizar. O apelo que Vossa Excelência faz à classe política deveria ser ouvido o ouvindo o seu discurso com maior atenção, porque o problema da descoberta florestal no Paraná, está levando algumas regiões à desertificação e menciono, ilustre Deputado, uma região que eu tenho a grata e honrosa satisfação de também representar, a região Noroeste do Paraná, onde nós temos municípios com menos de 1% de cobertura florestal, onde o processo de desertificação já se iniciou, onde as manchetes sobre erosão estão aí nos jornais do dia a dia.

Este problema que Vossa Excelência traz à tribuna é realmente, Deputado Losso, da maior seriedade. Tenho viajado por este Paraná e tenho visto a judiação que têm feito com as nossas matas. E outro dia, da Tribuna, dizia também que Deus ao criar o mundo olhou para o Paraná e para aqui mandou a Gralha para plantar os pinheiros.

E o Paraná de tão belo, de árvores majestosas cantadas e decantadas pelos poetas, este Paraná hoje é um Paraná que nos preocupa sobremaneira porque para aqui também veio o trabalhador, e veio o picareta, e o oportunista. E o oportunista que tinha a obrigação de cumprir uma legislação vigente de replantar parte pelo menos do que derrubava, assim não procedeu.

Mas hoje nós não devemos chorar os erros do passado. Nós devemos, isto sim, grande Deputado Losso, é nos preocuparmos em darmos ao Paraná a tranqüilidade que todos nós precisamos e vemos amanhã, de termos amanhã para os nossos filhos um Estado

com a cobertura florestal necessária para podermos viver com qualidade de vida decente para todos nós.

Parabenizo Vossa Excelência, ilustre Deputado, pela seriedade do seu pronunciamento, porque esse seu pronunciamento vem de encontro à nossa preocupação permanente, porque assim como Vossa Excelência eu também amo esta terra e este povo e para eles desejo a melhor qualidade de vida.

E sem a cobertura florestal, sem a recuperação e a preservação da nossa belíssima araucária, nós não a teremos.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado que veio enriquecer o nosso pronunciamento. Tenho acompanhado o magnífico trabalho desse Parlamentar também no que diz respeito ao equilíbrio ecológico e muito tenho aprendido com as suas manifestações nesta Casa a respeito este momento-so assunto.

Falou Sua Excelência também a respeito da Gralha Azul. Em síntese, Senhor Presidente e Senhores Deputados a Gralha Azul apresenta duas razões básicas para ser preservada. A primeira, é que ela é ave símbolo do Paraná, por ser uma incansável lutadora pela preservação do equilíbrio, alimentando-se principalmente do pinhão, fruto da araucária-angustifolia.

Muitas vezes, no entanto, esconde os pinhões, enterrando-os na mata, para posterior alimentação. E, como acontece, nos diversos momentos em que está ela em contacto com as grandes árvores que simbolizam o Estado do Paraná, também como esquece normalmente o local em que escondeu o pinhão, este acaba germinando, nascendo uma nova árvore.

Assim, a Gralha Azul contribui grandemente para o reflorestamento natural, não só do pinheiro paranaense, como dos outros vegetais que crescem em associação com esta árvore, uma vez que formam um ciclo importante para o desenvolvimento normal e equilibrado das matas paranaenses.

Em segundo lugar, temos de reconhecer que a Gralha Azul foi talvez a ave que mais contribuiu para a formação de uma das principais riquezas da nossa terra: a madeira. No entanto, com a ocupação de todos os espaços, com o desmatamento desenfreado, foi perdendo terreno para a construção de seu habitat. E hoje é uma ave em extinção. Se os órgãos educacionais e culturais do Governo Estadual, não moverem processos de educação do povo, em favor dela, e se outros setores não se conscientizarem da necessidade da sua preservação e da recuperação do habitat, ela se extinguirá.

O Sr. Edgard Pimentel - Vossa Excelência

me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ezequias Losso, estou acompanhando com vivo interesse o pronunciamento que Vossa Excelência faz hoje da tribuna desta Casa, e devo parabenizá-lo, porque se existe um assunto que deve ocupar o nosso tempo, que deve ocupar a preocupação do dia a dia de todo o homem de bem, está exatamente numa formação da nossa sociedade, no tocante a preservação dos recursos naturais renováveis.

Digo isto, nobre Deputado, porque ao longo de quatorze anos buscamos, no exercício profissional da nossa atividade, trabalhar no sentido de dotar o Paraná não só de uma consciência preservacionista, levando às escolas do 1.º, 2.º e 3.º graus conhecimentos no tocante assim a uma formação ecológica, a uma formação de preservação de meio ambiente e de recursos naturais, nós que, durante 14 anos refletimos o Paraná com mais de sete milhões de árvores.

Durante 14 anos promovemos, em Cascavel e na região Oeste do Paraná, Simpósios de Ecologia, trazendo homens do gabarito do professor Augusto Rusk, famoso naturalista que reside no Estado do Espírito Santo.

Ao longo de todo este tempo, nós, inclusive, buscamos junto ao Governo do Estado, a consciência de que era necessário ser inserido, dentro do curriculum escolar do 1.º e 2.º graus mormente, uma matéria nova, que versasse sobre Preservação de Recursos Naturais Renováveis.

Nós vivemos no Oeste do Estado, há mais de 23 (vinte e três) anos e, quando lá chegamos, encontramos uma região agreste que tinha mais de 60% do seu solo, coberto por florestas; hoje, Deputado Ezequias Losso, nós encontramos municípios que nem Marechal Cândido Rondon, Palotina e outros municípios, que não têm 3% de cobertura florestal! Isto leva realmente todos nós, homens que têm consciência, homens que têm discernimento, a uma preocupação muito grande. Mas eu tenho a impressão, nobre Deputado, que o problema ecológico no País, o problema de preservação dos recursos naturais tem sido uma poesia, neste País, não há, por parte do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Governos Municipais, nenhuma atitude concreta de preservação, nós percebemos a agressão que, a cada dia, sofre a nossa fauna, sofre a nossa flora e, em decorrência de tudo isto, todo esse desgaste, toda essa agressão acaba desaguando num leito comum de destruição, inclusive dos nossos recursos hídricos hoje seriamente prejudicados pelo assoreamento dos rios que abas-

tecem as pequenas e médias cidades. Então é um tema extraordinariamente oportuno o que Vossa Excelência traz na tarde de hoje, a esta Casa, um tema que deveria ser discutido, especialmente nas Comissões de Agricultura, um tema que deveria ser levado à Secretaria da Educação para que ela pudesse realmente levar, ao curriculum escolar, talvez inovando no País, porque não, o Paraná sempre foi um Estado a dar exemplos, na área da agricultura. ao Brasil inteiro, por que não poderíamos nós aqui introduzirmos no curriculum escolar do 1.º e 2.º Graus, porque não, uma matéria específica sobre preservação de Recursos Naturais, sobre a preservação da nossa flora e da nossa fauna?

Acho que é o momento oportuno de nós criarmos uma consciência nova, preservacionista porque, do contrário, nobre Deputado, as denúncias que Vossa Excelência formula hoje da tribuna, o trabalho que todos nós já desenvolvemos há longos anos, acaba tornando-se inútil, diante da surdez que a gente percebe existir, nos escalões superiores de Governos Estaduais e Federais.

Por isto, parabeno Vossa Excelência. Acho que Vossa Excelência traz a esta Casa, repito, um assunto muito importante, que interessa à própria sobrevivência da Humanidade, à própria sobrevivência da espécie humana, da raça humana, no Paraná, no Brasil e no mundo!

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sensibilizado, agradeço a manifestação de solidariedade do eminente Deputado Edgard Pimentel, grande batalhador pela causa preservacionista do Estado do Paraná, e que tem uma experiência muito vasta especialmente na região onde atua politicamente, a região de Cascavel.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ezequias Losso, quero fazer coro às palavras dos Parlamentares que apartearam Vossa Excelência, o Deputado Edgard Pimentel e o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, dizendo da oportunidade com que Vossa Excelência se pronuncia, a respeito de assunto de tamanha importância, e para dizer que, a culpa, é tão somente dos órgãos responsáveis, da União, e do Estado, quero trazer aqui a Vossa Excelência e à Casa, um testemunho!

Quando nos anos, principalmente à década de sessenta quando um número maior de transações imobiliárias, particularmente na área da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, nas escrituras de vendas dos imóveis rurais, havia uma exigência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que, se reservava, o comprador, obrigava-

-se a reservar a área adquirida, 10% no mínimo, da área em matas para preservação. No entanto, nunca houve sequer qualquer tipo de fiscalização por parte do Estado, da União a respeito.

O que aconteceu? A ganância, a vontade de plantar pastagens e cafés, jogaram as nossas árvores e as matas abaixo.

Apenas para dizer a Vossa Excelência da oportunidade, solidarizar-me também, com o pronunciamento de Vossa Excelência por tão importante assunto.

Obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Muito obrigado, Requeiro, Senhor Presidente, que seja dado como lido o restante de meu pronunciamento.

#### SUGESTÕES:

Deve o Governo oficializar o Instituto Estadual de Florestas, como órgão governamental para que este desenvolva uma ação no sentido de educar o trabalhador rural, induzindo-o a bem operar suas terras e dela extrair suas subsistências, sem danificar o solo e o meio-ambiente.

Nesse sentido, seria de grande importância que o Instituto desenvolvesse uma cartilha em linguagem simples e de tiragem exclusiva ao trabalhador rural, que o facultasse a trabalhar com êxito e eficiência seu patrimônio, que em verdade produz para todos. A necessidade do reflorestamento é vital a nossa sociedade e a nossa futura sobrevivência, para que não ocorra o frequente desequilíbrio das estações climáticas, a erosão e outras seqüelas, consequência natural do desleixo a que foi relegado o nosso maior patrimônio "a terra".

Urge conscientizarmos a população e principalmente as classes rurais que vivem a natureza, a saber como utilizá-la racionalmente, para que tanto o trabalhador rural como a terra convivam em plena harmonia.

A Secretaria de Cultura e Esportes deverá ser acionada para desenvolver campanhas ativas e eficientes através de programas pré-estabelecidos, no sentido de conscientizar a população, da necessidade de proteger a gralha azul. Também programas de estudos da vida e reprodução dessa ave, poderiam ser desenvolvidos nas Universidades, cartazes, seminários, grupos de debates sobre a gralha azul. Troféus denominados gralha azul, para grupos de apresentação, equipes esportivas e prêmios em concursos.

Sabemos que estudos no sentido de otimização de sementes do pinhão, estão sendo desenvolvidos. Mas, é necessário maior intensidade na ação de programas dessa natu-

reza.

Alertamos também para que as Secretarias do Interior, Agricultura, Planejamento, Saúde e Bem Estar Social não se omitam no esforço comum em defesa do meio ambiente próprio à vida e proliferação desta ave ameaçada de extinção.

Concursos poderiam ser desenvolvidos sobre o tema Gralha Azul: de Música, Trovas, Poesia, Teatro, Jograis, Cartazes, Pesquisas etc...

Pensamos que as escolas deveriam desenvolver programas efetivos sobre o assunto, com redação sobre a Gralha Azul, num trabalho integrado nas áreas de ciências, comunicação e estudos sociais.

É necessário que autoridades e lideranças políticas juntos acionem todos os dispositivos legais para o desenvolvimento de uma maior conscientização e participação dos silvicultores para salvar a Gralha Azul e os pinheirais do Paraná".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PFL se fará uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho hoje à tribuna com muita satisfação. Procurei conter-me durante o pronunciamento do eminente Deputado Ezequias Losso, para não interrompê-lo. E venho agora, neste momento, para saudar o eminente Deputado que hoje integra a nossa Bancada do Partido da Frente Liberal.

É motivo de satisfação para a Bancada receber esse eminente Deputado que, pela sua postura, pelo seu trabalho, pela sua dedicação nesta Casa em favor do povo paranaense, pela sua formação cristã, pela convivência que tivemos durante vários anos nesta Casa, o seu ingresso na Frente Liberal, vem enriquecer esta Bancada. E todos nós, com muita satisfação, o recebemos nesta tarde como novo integrante da Bancada da Frente Liberal.

É um partido como já disse, que veio para ficar, é um partido de centro, um partido liberal, que nós que até há pouco tempo militávamos em uma das duas aglomerações políticas, aglomerações porque não havia oportunidade de nenhum dos Senhores Deputados tomar a posição que desejasse, porque a lei nos impedia. Existia o PMDB e o PDS. Com o pluripartidarismo, possibilitou que cada um analisasse os programas partidários e tomasse a posição que desejasse. Não quero dizer com isso que o programa do PDS não fosse bom. É um programa excelente, mas que nunca foi cumprido

do e que o ex-Presidente Figueiredo conseguiu arrasar esse programa e pisar em cima. Restava-nos então, a oportunidade de escolher, não procurar o prato feito, alguém que estivesse na posição de comando, mas na formação de um novo partido, com pessoas que se identificassem.

Vale a pena repetir, uma frase histórica de Bernardo Vasconcellos, citada há poucos dias por Aureliano Chaves:

"Fomos conservadores quando a liberdade confundia com a baderna. Tornamo-nos liberais quando a autoridade se transformou em despotismo".

Meu caro Deputado Losso, Vossa Excelência, hoje, nesta primeira sessão em que participa como integrante da Bancada da Frente Liberal, nos brinda com um belo discurso, trazendo assunto da mais elevada importância para o nosso Estado, este Estado pujante que foi o grande exportador da madeira.

Lembro-me bem em 1965, quando assumia a Prefeitura do Município de Marumbi, naquela época ainda existia bastante mata. Fazia uma reunião e criava um viveiro na minha cidade, e alguns até criticavam: Nós vamos plantar aonde? Orientava-os para que nas propriedades mantivessem ainda as nossas matas, e que era um incentivo à juventude porque como estava indo, em pouco tempo estaríamos no deserto.

Estamos vendo o que está acontecendo: hoje, neste município em que fui Prefeito, tem uma pequena área de nove alqueires de mata em que atende e protege o manancial que abastece a cidade. Desses nove alqueires, há um alqueire que eu adquiri e que protegi com cercas de arame, certo de que aquele proprietário não desmataria o restante; mas, agora, com muita luta, nós conseguimos conter porque tentavam desmatar esses oito alqueires deixando unicamente um alqueire. Continuamos ainda na briga, restando ao município declarar essa área de utilidade pública.

Próximo a Terra Boa, uma das matas mais lindas que conhecemos, também foi desmatada há pouco tempo. O seu pronunciamento vem a enriquecer os Anais desta Casa, registramos também com o seu primeiro pronunciamento do Partido da Frente Liberal.

O Sr. Ezequias Losso- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Quero agradecer, nobre Deputado Gilberto Carvalho, as suas palavras amigas e dizer da minha admiração iniciada já há muitos anos pelo trabalho de Vossa Excelência.

Já quando iniciava na Assembléia Legislativa do Paraná a nossa trajetória, recebíamos de Vossa Excelência muitas orientações de grande valia. E ainda nos dias de hoje, temos visto, no seu exemplo

de trabalho, na sua dedicação à causa pública, o favor de inspiração para trabalho, na sua dedicação à causa pública, o fator de inspiração para cumprirmos com fidelidade as nossas atribuições.

Como seu liderado que passo a ser, espero dar a minha contribuição para a construção de um Paraná cada vez mais forte, de um Brasil cada vez mais soberano para que possamos legar aos nossos pósteros uma melhor condição de vida, uma melhor forma de atuação, colocando o nosso Brasil, o nosso Estado na posição que realmente merece no cenário, tendo em vista a sua pujança e a qualidade daqueles que aqui vivem e trabalham.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Eu é que agradeço, nobre Deputado, certo de que Vossa Excelência trará uma grande contribuição ao nosso Partido.

Mas dizia eu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós vivíamos em duas aglomerações políticas e, hoje, com o pluripartidarismo, possibilitou que cada um tomasse a posição de acordo com a sua ideologia e com o programa partidário, com o espaço da sua região. E digo que é com satisfação que, hoje, integro esta Bancada que tenho a honra de liderar, mas com saudade deixamos grandes amigos do PDS, amigos também do PMDB. E será para nós motivo de grande satisfação a vinda de companheiros como a que estamos recebendo agora, com a entrada do Deputado Ezequias Losso, e esperamos trazer mais companheiros para, juntos, continuarmos nesta luta em favor da democracia, em favor do engrandecimento do nosso Estado e do nosso País.

O Sr.Gabriel Manoel- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento). Deputado Gilberto Carvalho, nosso líder incontestado, hoje a aquisição do Deputado Ezequias Losso, é mais uma estrela a brilhar no caminho da democracia.

E sabemos perfeitamente que o candidato da Frente Liberal apoia o coração de Curitiba, que é Jaime Lerner, após sua vitória, haveremos de fazer uma frente dos homens da Democracia, que são os nossos companheiros antigos do PDS e, unidos, haveremos, com os homens de boa vontade, se Deus quiser, ao invés do coração curitibano, há de ser o coração paranaense. Unidos, todos os que pertencem hoje à oposição, hão de eliminar os "simeões", os "homens dos dólares". Irão dizer ao Paraná que "errar é humano e perdoar é divino" e "persistir no erro é burrice".

O povo inteligente como é, há de voltar atrás e pensará que o Paraná, sem o nosso povo, sem a orientação dos homens de boa vontade, como Vossa Excelência, com os companheiros da Frente Liberal, com os

companheiros do PDS, com os companheiros do PDT e com os homens de boa vontade do PMDB, hão de fazer um Governador que irá trazer para este Estado a restauração de sua dignidade.

Sem Simeão, sem Garanhão, pelo bem de nossa terra e de nossa gente.

Muito obrigado.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Eu é que agradeço, nobre Deputado, e afirmo a Vossa Excelência que não é voltar atrás, é conservar o que é bom e conservar o que deu certo. Os curitibanos saberão tomar a posição correta.

O Sr.Augusto Carneiro- Vossa Excelência, me permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Líder da nossa Bancada, peço este aparte para, por intermédio dele, registrar publicamente a minha satisfação no ingresso dos Deputados Ezequias Losso e do seu irmão, o suplente de Deputado, Igo Losso, que reforçaram em muito as fileiras e a Bancada de nosso Partido.

Confesso de público que, desde há muito, na condição de Secretário Geral deste Partido, vinha me esforçando ao máximo para convencer a família Losso, através do Deputado Ezequias Losso e do suplente, Deputado Igo, de filiarem-se ao Partido da Frente Liberal, porque sentia e via neles uma identidade muito forte com os princípios do Partido, com o programa partidário e com a linha política que pretendemos que seja desenvolvido através da Frente Liberal. Foi uma grande satisfação para mim e um enriquecimento muito grande para a nossa agremiação política e conquista destes dois importantes paranaenses, que no exercício da vida pública, ao longo destes anos, desde Curitiba e todo o Paraná, o Paraná inteiro é testemunha do extraordinário trabalho destes homens, da conduta sempre exemplar e da linha séria que têm desenvolvido em suas vidas públicas.

Por esta razão, e por muitas outras, é que nós, da Frente Liberal, e como Secretário Geral deste Partido, quero registrar a grande satisfação de poder contar com esta somatória para o nosso partido.

Muito obrigado.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado, Secretário de nosso Partido. Gostaria de dizer que, para fazer o registro, da entrada do eminente Deputado Ezequias Losso, e também com muita satisfação, registro a entrada do suplente de Deputado Federal Igo Losso, irmão do nobre Deputado Ezequias Losso. Também do ex-Deputado e suplente de Deputado Lazaro Dument, que hoje assinou também a sua ficha de filiação partidária. E

com satisfação que registramos estas três aquisições do nosso Partido e que haverá de somar a muitas outras, para que possamos continuar trabalhando em favor do Paraná.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de fazer um apelo à Mesa da Casa no sentido de que valorize mais as Comissões, principalmente a Comissão de Justiça.

Recebi, na semana passada, um apelo do Superintendente do IPE nosso amigo, Max Rosemann, para que aprovasse uma mensagem do Governo, encaminhada, em que concedia suplementação de recursos ao IPE e eu prontamente disse que teria todo o nosso apoio, quando ele disse os objetivos. Mas, ao verificar hoje e também conversando com o Deputado da nossa Bancada que integra a Comissão de Justiça, o Deputado Ivan Gubert, que nos punha a par de que esta mensagem foi encaminhada à Comissão de Justiça e pela data em que saiu do Palácio, 26 de setembro, ela deve ter chegado à Comissão de Justiça, talvez lá pelo dia 01 de outubro, mas suponhamos que ela chegou no mesmo dia na Comissão de Justiça e de acordo com o Regimento Interno da Casa, em seu artigo 62, que decorrido o prazo de 30 dias e que não tenha sido emitido o Parecer pela Comissão, ela será incluída na Ordem do Dia, sem qualquer parecer e sem o prazo dos trinta dias e quando a Comissão de Justiça está pedindo a presença do Secretário da Administração, para que preste esclarecimentos, porque o IPE tem a parte assistencial e a parte previdenciária e que há dúvida quanto a esta aplicação, de onde é esse recurso, para que a Comissão possa, abalizada em dados, dar o seu Parecer e nós não podemos votar hoje o projeto, porque ainda não tem os devidos esclarecimentos.

Não há interesse em obstruir a votação, mas fariamos um apelo que primeiro ouvíssemos o Secretário da Administração e que não acontecessem mais casos como este nesta Casa, para não haver prejuízos no andamento das mensagens encaminhadas pelo Governador do Estado, porque nós temos o máximo interesse em aprovar, mas que seja bem orientado.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Esta Mesa registra com satisfação a presença em Plenário do Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Ivaí, Vereador Malaquias Tavares.

No Horário das Lideranças, consultamos à Liderança do PDT se quer fazer uso do seu tempo. (Declinado).

Consultamos à Liderança do PDS. (Declinado).

Consultamos à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antecipamo-nos na tarde de hoje, ao próprio envio por parte do Governo, de um anteprojeto de lei para a Assembleia Legislativa, anteprojeto amplo, de estímulo às atividades produtivas no Estado do Paraná.

Embutido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste projeto consta um estudo sobre anistia fiscal, no entanto Senhor Presidente, Senhores Deputados, vivemos inegavelmente um período eleitoral, e neste período eleitoral o uso eleitoreiro de acusações inverídicas contra o Governo.

Assistimos sistematicamente meias verdades, encobrindo a face da verdade total, para tentar jogar contra o Governo pechas, acusações que ele não merece.

Quero aqui, nesta Casa, no dia de hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, falar sobre anistia fiscal, que é parte do projeto de estímulos às atividades produtivas do Governo do Estado, na tentativa elogiável de aquecer a economia interna do Estado do Paraná, melhorando a condição de nossas empresas e melhorando o mercado de trabalho para o nosso trabalhador.

O que levou, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Governador José Richa, a estudar a possibilidade de, embutido neste estímulo às atividades do Estado, solicitar um estudo de anistia fiscal? Levou, Senhor Presidente e Senhores Deputados, após uma audiência com os problemas de nosso Estado, econômico, e com o aumento de desemprego no Estado do Paraná, levou o Governador José Richa a estudar, após uma reunião com os Presidentes da Federação da Agricultura, com os Presidentes da Associação Comercial, Associação das Indústrias do Estado do Paraná, Associação do Comércio Varejista, com segmentos responsáveis pelo setor econômico do Estado, alertando para a necessidade de que se fizesse, no Estado, uma forma de permitir que as nossas pequenas empresas evoluíssem.

Mas, o que nós ouvimos nas televisões, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Meias verdades, escamoteando o que é verdade inteira! Acusações de que o Governo do Estado está propenso a proceder uma anistia para os tubarões, para os homens ricos em detrimento ao imposto popular. Pois está na hora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de restabelecer a verdade do fato, de mostrar a intenção do Governo, de responder, ativamente, a crítica descabida que tem recebido o Governo,

de mostrar o lado da verdade, aquele que se preocupa em manter o equilíbrio do setor empresarial, daquele que é o gerador da mão-de-obra, de manter a possibilidade com que o Estado do Paraná continue na sua evolução social, empresarial e empregatícia, de mostrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um estudo atendendo às justas reivindicações daqueles que se preocupam com o desenvolvimento econômico do Estado.

Vejamos alguns dados, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Estado do Paraná, possuía, cadastradas 110 mil empresas. Realizado e implantado o plano das microempresas, o número das empresas caiu para 80.000 contribuintes.

Destes 80 mil contribuintes, Senhor Presidente, Senhores Deputados...

O Sr. Gabriel Manoel- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na sequência.

Destes 80 mil contribuintes, 42 mil possuem débito em dívida ativa, 42 mil nobre Deputado, têm dívida ativa no Estado.

Será que todo o comerciante do Paraná é desonesto?

Será que todo aquele que deixou de recolher imposto, 42.000 empresas são desonestas? Ou será que é consequência do modelo econômico que não permite às empresas a sua sobrevivência?

A verdade dos fatos, Senhor Presidente, Senhores Deputados contra a agressão, falseada na verdade, no momento político, é que, das 42 mil com débitos, 28 mil são pequenos comerciantes, 28 mil, nobre Deputado, são pequenas, 11 mil são empresas de médio porte, todas elas sufocadas pela carga tributária, no momento em que a Nação brasileira atravessa uma das maiores inflações, somados à multa, ao juro, à correção monetária, não permite que essas empresas venham a mater o seu débito fiscal e a pagá-los...

O Sr. Gabriel Manoel- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Se for breve, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel- Encantado, nobre Deputado, agradeço a Vossa Excelência em gênero, número e grau.

Está certo Vossa Excelência em seu pronunciamento, eu só faço uma pergunta: Os coitadinhos que pagaram religiosamente os seus impostos para que o Governo pudesse comprar uma moto voadora, como são resarcidos?

Como pode Vossa Excelência vir a esta

tribuna, esquecer-se dos pequenos comerciantes, que foram autuados e pagaram religiosamente o seu ICM?

Vossa Excelência tem razão ao anistiar os grandes nomes dos frigoríficos, os nomes dos milhões. Mas, quero que me responda e responda ao Paraná: Os pequenos que pagaram religiosamente o seu ICM, claudicando, emprestando dinheiro de seus amigos, como fica esta resposta? Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Os pequenos, nobre Deputado, são os 42 mil pequenos contribuintes que estão em débito com o Estado. Esses são os pequenos que Vossa Excelência pergunta.

O Sr. Irondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência, e quero afirmar a Vossa Excelência que o Governador José Richa está procurando corrigir um grande equívoco que ele cometeu em 1983, precisamente em dezembro de 83, quando ele convocou esta Casa extraordinariamente, e para cá mandou uma mensagem constituída de um pacote fiscal que elevou de maneira assustadora as taxas cobradas pelos serviços do DETRAN, ao transformar aquele Departamento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não tem nada a ver.

O Sr. Erondy Silvério - Tem a ver. Vossa Excelência me deu o aparte ou quer retirar o aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Depende da disposição de Vossa Excelência.

O Sr. Irondy Silvério - Eu agradeço a Vossa Excelência e me reservo o direito de, depois, ir à tribuna para dizer que ele está corrigindo uma injustiça, quando ele pediu a esta Casa, e através da Banca de Vossa Excelência, levianamente, autorizou que o Governo do Estado aplicasse a correção monetária em todos os débitos existentes para com o Estado. Então, foi correção em cima de correção, e isto veio, efetivamente, arrebentar a pequena, média e grande empresa do Paraná. Essa é que é a grande realidade.

Então, não se venha falar, hoje, em anistiar pequenos empresários. Hoje, está se corrigindo aquela injustiça que se cometeu aqui em 1983, quando se convocou extraordinariamente esta Casa, para dar ao Governo, instrumentos legais, para que pudesse arrancar, efetivamente, do empresário paranaense, todas as suas reservas. Essa é que é a realidade.

Em boa hora está o Governador do Estado corrigindo esta distorção. A Mensagem

do Governador é importante, porque corrige essa distorção. Porque o Paraná é o único Estado da Federação a aplicar correção sobre correção nos débitos para com a Fazenda Pública. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, a sua colocação, principalmente a final, quando diz que "em boa hora, o Governo está propondo". Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Estado do Paraná manteve constantemente a sua posição de não anistiar. O fez, baseado no pedido das Federações que relacionei. E fez, baseado no pedido das Federações que relacionei. E fez baseado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no respeito que dedica a este Poder. Quando este próprio Poder num requerimento firmado por quase 50 Parlamentares de todos os partidos, pelos 4 Líderes de Bancada, com assento nesta Casa, requereu ao Governo do Estado do Paraná que procedesse um estudo para concessão de anistia às dívidas com o Estado.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, após um amplo estudo, está oferecendo para que esta Assembléia Legislativa venha a deliberar sobre a isenção ou não. Não é verdade que o Governo do Estado do Paraná está dando anistia. A verdade é que esta Casa de Leis vai discutir um anteprojeto aprovado ou não.

O que eu quero restabelecer na tribuna, no dia de hoje, são as acusações falsas, mentirosas, que procuram usar em época de eleição, tentando denegrir a imagem de um Governo que tem se sustentado ao longo dos anos, na imagem dos paranaenses, como sério, como competente, como honesto, como trabalhador.

É isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E mais: o cuidado que o Governo está tendo, para que indústrias acostumados com a fraude, para que empresas que não tenham cumprido com suas obrigações fiscais não possam ter o benefício que este anteprojeto de lei propõe. Porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, empresas que não recolhem impostos, não estão dentro deste projeto. Condição "sine-qua-non", é que as empresas estejam recolhendo em dia seus impostos a partir do dia 30 de junho deste ano. Os últimos seis meses têm que ter contribuição exata ao Estado, apenas existe uma anistia proposta, para aqueles que estão gerando cada vez mais preocupação do mundo empresarial e, conseqüentemente, ao trabalhador do nosso Estado, da nossa Capital, porque as empresas quebrando, trabalhadores ficarão sem trabalho.

Tenho certeza, Senhor Presidente, que não poderei terminar no dia de hoje, nos

quinze minutos da Liderança, a análise sobre esse aspecto. Voltaremos amanhã, solicito aos companheiros desta Casa, das demais Bancadas inclusive, para mantermos esse diálogo, e essa discussão sobre esse assunto aqui apresentado, para percebermos a verdade do fato. Para pelo menos aqui nesta Casa de Lei, onde a palavra é garantida a todos, possamos discutir a verdade, e não as meias verdades colocadas no ar quando não se pode contestar aquilo que em absoluto corresponde às verdades dos fatos.

O Sr. Nelson Buffara - Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentá-lo. A causa que Vossa Excelência defende é boa e válida. A tese que Vossa Excelência abraça é justa. E digo porque. Portanto se depender de meu voto, se for apresentado esse projeto, eu votarei para a aprovação.

Justifico pela seguinte forma. Disse Vossa Excelência, eu acredito nos números, não conheço os números, mas acredito em Vossa Excelência. 42 mil de 80 mil contribuintes. Mais de 50% portanto. E atribuo esse número exorbitante, absurdo, mas de 50%, a uma recessão violenta que grassa neste País. Portanto, não os enquadro como inadimplentes, como venais, como irresponsáveis, todos os que têm dívida ativa, em função, portanto, da recessão, como já disse. Razão pela qual que acho que a única forma de nós fazermos com que o Estado arrecade e cesse o problema, sem solução, que é o de enquadrá-los como dívida ativa, e como disse o Deputado Erondy Silvério, com os encargos, os reajustes etc. portanto, a tese de Vossa Excelência é válida, eu a tomo por termo. Estou com Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço, Deputado Nelson Buffara, voltaremos a tratar do assunto amanhã. Tem muita coisa a ser avaliado neste projeto enviado pelo Governo, que precisa ser devidamente analisado nesta Casa, sem paixão, para percebermos de que é impossível de que tenhamos num universo de 80 mil contribuintes em atraso, mais de 60 mil de desonestos. É o modelo: é a inflação que corrompe o nosso empresário, e por conseqüente diminuiu a capacidade de emprego no Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 56 Senhores Deputados.

O Sr. Ivan Gubert (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicitaria que fosse incluído em pauta o Projeto de Lei 270/84, que está em Regime de Urgência. Gostaria, então, que fosse incluído em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai determinar a inclusão desde que o projeto está em Regime de Urgência.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, comunicando seu desligamento da Bancada do Partido Democrático Social, passando a integrar a Bancada do Partido da Frente Liberal. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando a retirada definitiva e o conseqüente arquivamento do Projeto e Lei n. 08/83. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alifraci Celestino da Silva, ocorrido no dia 10 de outubro do corrente ano, no Município de São José dos Pinhais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Afonso Waldemar Barra Filho, ocorrido no dia 18 de outubro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Izabel Maria Sikorski Moscalewski, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Isabel Maria Sikorski Moscalewski, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o envio de apelo ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências para que o Paraná possa tirar o máximo proveito da passagem do Cometa de Halley, tendo em vista estar o território paranaense situado na região mais provável para a observação do fenômeno. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 38.º aniversário do município de Cambé. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Colégio e Curso Decisivo, pela realização de suas Olimpíadas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pelo anúncio da instalação de sucursais nos Municípios de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel e Foz do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de moção, parabenizando os organizadores da XII Festa do Porco no Rolete e da I Expo Toledo 85, no Município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo seu 73.º aniversário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Indústria Todeschini S/A., pelos 100 anos de atividades. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Instituto Cristão, pelos 70 anos de atividade no Município de Castro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Município de Campo Mourão, pelos seus 38.º anos de emancipação política e administrativa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Vila Fani Futebol Clube, pela passagem do seu 33.º aniversário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

- Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Senhor Ministro da Saúde, parabenizando-o pela institucionalização das normas e atribuições para execução do Programa de Suplementação Alimentar - PSA. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento e autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso aos organizadores da I Exposição Feira Agropecuária e Industrial do Município de Palmeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Universidade Católica do Paraná pela titulação perpétua de Pontifícia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Indústria Todeschini S/A., pela passagem de cem anos de atividades. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Coritiba Futebol Clube, pela passagem de seu 76.º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Deputado Léo de Almeida Neves pela feliz e oportuna apresentação de projeto de lei que isenta da contribuição previdenciária aposentados e pensionistas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, com apoio do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, pela passagem do dia nacional dos Agrônomos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, pelo encaminhamento do anteprojeto de lei de Estatuto do Magistério Municipal à Câmara de Vereadores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento e autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à AMPLA - Associação de Defesa dos Direitor e Pró-Anistia dos atingidos por atos institucionais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do "Dia Nacional do Professor". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à escritora paranaense Pompília Lopes dos Santos, pela homenagem que lhe é prestada pela Federação do Comércio e Departamento Regional do Serviço Social do Comércio do Distrito Federal em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Senhor Presidente da República, pela sanção ao projeto de lei que cancela todas as penas impostas ao Ex-Presidente João Goulart. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, pela assinatura da licitação para asfaltamento da estrada ligando Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul e Rebouças. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, visando a implantação do Programa de Alimentação Popular - PAP, no Município de Cianorte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4.º aniversário de fundação dos Grupos de Alcoólicos Anônimos, A1 - Anon e Alateen, do Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela instalação da Câmara de Comércio Árabe no Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 17.º aniversário de funda-

ção da "Tribuna do Interior", no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Cambira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Educação e do Exército e Governador do Estado, encarecendo atuação no sentido de manter em funcionamento o Colégio Militar de Curitiba. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Companhia de Financiamento da Produção - CFP, Agência do Paraná, encarecendo para que a mesma destine, em seus leilões, quotas de milho exclusivamente para suinocultores, avicultores e pecuaristas de leite. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura, encarecendo materiais esportivos para o Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de carteiras para a Escola Estadual IV Centenário, localizada no Distrito de mesmo nome, no Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento e autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a construção de uma sala no Colégio Professor João Faria da Costa, no Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na quadra de esportes da Escola Estadual Moreira Sales, ensino de 1.º Grau, no Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, visando a liberação de recursos financeiros para a realização de reformas gerais da quadra de esportes do Colégio Estadual Vicente Leporace, no Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria da Educação, a criação e implantação de cursos de 2.º Grau no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos anais da Casa, dos artigos intitulados "Fechamento do Colégio Militar" e Veterana Verba - "A Absurda Extinção dos Colégios Militares", publicados da edição do jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo interceder junto às empresas de transportes coletivos, a fim de que sejam fiscalizados os serviços de transportes coletivos do Município de Piraquara. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de uma quadra esportiva na escola Estadual do Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura equipada no Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio do Senhor Governador do Estado, encarecendo a implantação da rede de energia elétrica na favela São Francisco de Assis, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de uma central telefônica no Distrito Administrativo de Bourbonia, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a autorização de cinco novos canais telefônicos para as "Termas Jurema", no Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o destacamento de novos policiais para o Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da RADIPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de uma torre repetidora de televisão no município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, visando a liberação de materiais esportivos para o município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo providências de caráter emergencial com relação ao sistema de telefonia do município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando sejam isentos de pagar as taxas diárias de estacionamento, até 31 de dezembro, os proprietários dos veículos apreendidos, que permanecem no pátio do DETRAN. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, visando a instalação de uma Estação Aduaneira no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDESUL, visando providências no sentido da instalação de um Departamento da mesma no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os municípios de Palmital e Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adnail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, de documento firmado por ocasião do VIII Encontro do Colégio de Presidentes das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil - Estado do Paraná, realizado no município de União da Vitória. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, encarecendo informações a respeito da situação real dos 31 servidores da Secretaria da Educação, que foram colocados à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, principalmente no que se refere a situação e responsabilidade de pagamento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Agricultura, Planejamento, Interior, Cultura e Esporte e Saúde e Bem Estar Social, encarecendo cobertura e atendimento à Lei n. 133/84. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a mudança das instalações da CIRETRAN do município de Londrina para outro local de fácil acesso, anexando a ela o setor de Exame Psicotécnico e um Posto do BANESTADO. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Doutor Ivo Socma, advogado do município de Umuarama, parabenizando-o pela luta desenvolvida no Estado, como representante do "Plenário Pró-Participação Popular da Constituinte". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente

de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a extensão dos serviços do IPETUR para o município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo benefícios para o Distrito de Irerê, no município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a realização de pintura nova nas instalações da Escola Estadual IV Centenário - Ensino de 1.º Grau, no Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EBCT-Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do Ministério das Comunicações, visando a implantação de um posto de atendimento do Correio no Distrito Administrativo de Farol, município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a destinação de equipamentos para a formação de uma ambulatório médico no município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hrusckha, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo determine à SANEPAR, a instalação de rede de água tratada no Distrito de Borbônia, no município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hrusckha, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, a doação de dez lâmpadas "Halogen" com estilete 220 - 230V - 2.000W para refletores NVF-479, para a Cancha de Esportes da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari - Ens. de 1.º Grau Regular e Supletivo do município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora

Deputada Amélia Hrusckha, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, com apoio de três Senhores Deputados membros da mesma, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, sugerindo a reintegração de todos os funcionários de empresas públicas do Estado, cassados ou demitidos por motivo de perseguição política nos últimos anos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, com apoio do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Senhor Reitor da UEL - Universidade Estadual de Londrina, na condição de Presidente do Conselho Universitário, sugerindo convocação de reunião pública deste órgão para oficializar o processo de eleição direta dos futuros Reitor e Vice-Reitor da referida instituição. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Diretores da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A., da ACARPA e do IAPAR, encarecendo a liberação de verba, por intermédio das agências do Banco do Brasil S/A. de Telêmaco Borba e Ortigueira, para financiamento do plantio de algodão, para que se possa dar cumprimento ao acordo firmado entre as mencionadas entidades e agricultores daquela região. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República e Ministro da Justiça, manifestando a preocupação do povo paranaense diante da séria análise do referido Doutor José Elias Murad, publicado na revista Veja. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação, neste Estado, da Delegacia Policial de Defesa da Mulher. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um telefone público no Ipanema Praia Clube, na BR-376, Km. 438, entre os municípios de Mandaguapé e Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a implantação de curso de 2.º grau na Escola Estadual Professor Colares, no Bairro de Vila Oficinas, no Município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, objetivando a criação da Comarca de Capitão Leônidas Marques. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros de Estado, civis e militares e Deputados Federais, visando apoio às reivindicações da Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais, no Estado do Rio Grande do Sul. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, com apoio de três Srs. Deputados membros da mesma, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Presidente da Câmara Federal, bem como aos Líderes de bancadas com representatividade no Congresso Nacional e Câmara Federal, visando apoio à Emenda n. 10, concedendo anistia ampla, geral e irrestrita aos cassados, civis e militares. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido de analisar as possibilidades de garantir maior apoio aos professores de educação física da rede estadual. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a sinalização da BR-158 e PR-317, respectivamente nas proximidades do perímetro urbano no Município de Peabiru. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da EMO-PAR, por intermédio da Secretaria da Administração, visando reformas gerais nas instalações do Colégio Estadual João XXI-II, no Município de Janiópolis. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo apoio ao Grupo Teatral "Águas Claras", no Município de Goio-Erê. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente a Sra. Secretária de Educação, encarecendo a liberação de verbas para a construção de uma sala onde funcionará um laboratório, na Escola Estadual Professor João Faria da Costa, no Município de Nova Cantu. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de uma creche na Escola Estadual de Corumbataí do Sul - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Distrito do mesmo nome, no Município de Barbosa Ferraz. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um posto de saúde no Município de Turvo. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Superintendente do INAMPS, encarecendo a instalação de uma creche, uma farmácia e um posto de assistência odontológica na Vila Esplanada, Município de Piraquara. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção da Delegacia de Polícia no Município de Turvo. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, no teor do pronunciamento feito em nome do Sr. Presidente desta Casa, por ocasião do "Encontro de Engenheiros da Região Sul - I Enresul", realizado nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado,

para que o mesmo determine a Secretaria dos Transportes, a construção de uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando o Município de Guarapuava ao de Pinhão, no Distrito de Cândoia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo para que os exames psicotécnicos e médicos para renovação de carteiras continuem sendo feitos na sede do Município de Imbituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo recursos para a instalação de um escritório próprio à Defesa Sanitária Animal da Unidade Veterinária do Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a construção de um Posto de Saúde no Município de Laranjeiras do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção da Delegacia de Polícia no Município de Altamira do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretária da Saúde e Bem Estar Social, visando a construção de um Posto de Saúde do Município de Altamira do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos CLASPAR, por intermédio da Secretaria da Agricultura, visando a criação e instalação de um laboratório para classificação de sementes no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Claro, no Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da EMO-PAR, por intermédio da Secretaria de Administração, visando reformas gerais no Colégio Estadual Presidente Médici, no Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo a ampliação da rede de energia elétrica do perímetro urbano do Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo apoio para a formação da fanfarra do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências junto às Secretarias da Educação e Administração, no sentido de que seja realizado teste seletivo interno para os professores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, se proporcione a oportunidade de ingresso no Quadro Próprio de Magistério. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a pavimentação da BR-163, trecho entre os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Medianeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a instalação de um Posto de Serviço na localidade de São Miguel, Município de Planalto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputado Federais e Senadores, representantes do nosso Estado, para que se posicionem em defesa do PRONOROESTE e PRODOPAR, bem como à SEPLAN, no Ministério do Planejamento, em Brasília, sugerindo uma revisão no atual Projeto de Lei Orçamentária, 1986. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Sr. Diretor do DE-

TRAN. Secretário da Segurança Pública e Governador do Estado, encarecendo a construção da sede própria da CIRETRAN no Município de Cianorte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a implantação do escritório da mesma do Município de Cianorte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando recursos necessários para a instalação de um escritório próprio à Defesa Sanitária Animal da Unidade Veterinária, no Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a criação de três postos de Saúde nos Distritos de Cantuzinho, Laranjal e Pinhal Grande, no Município de Palmital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos e viabilizar uma forma de isentar da taxa para a obtenção da carteira de identidade, os estudantes maiores de 16 anos, considerados carentes. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a liberação de tubos a serem utilizados no combate à erosão no Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando o reconhecimento do Curso de Magistério do Colégio Estadual Vicente Leporace - Ens. de 1.º e 2.º Graus, no Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro agrônomo para prestar aten-

dimento ao Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "A Ruralização" e a Informática, publicado no jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. À Diretoria Legislativa. A matéria acha-se publicada no final desta Ata..

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Gerente Geral da COBAL DO PARANÁ, visando a implantação do Programa de Alimentação População - PAP, na microregião da Associação dos Municípios do Médio Parapanema - AMEPAR. Aprovado.. À Diretoria Legislativa do Estado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Gerente Geral da COBAL DO PARANÁ, encarecendo a instalação de um armazém distribuir da Rede Somar no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de mais Vara junto à Comarca de Telêmaco Borba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo instrumentos musicais para a Fanfarra Estudantil do Município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a destinação de pedriscos para a Escola Santo Inácio de Loyola, no Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo recursos orçamentários destinados ao término das obras do posto de saúde na localidade de Silviolândia, no Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de maior cota de remédios para o setor, no Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da FUNDEPAR, visando a instalação de um telefone público na mercearia localizada na Rua Joaquim Costa Ribeiro, n. 300, Bairro Alto, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários do Interior e da Agricultura, pleiteando divulgação e implantação do Projeto Bebedouro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, visando a construção de um viaduto na confluência da BR-277 com a PR-488. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários dos Transportes e Diretor Presidente da PARANATUR, encarecendo a pavimentação asfáltica do Kartódromo de Vila Velha e do acesso à Lagoa Dourada. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, visando a liberação de instrumentos musicais para a formação de uma fanfarra do Colégio Cenecista - Ens. de 2.º Grau, no Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a alteração no programa proposto anteriormente para a entrega de título de Cidadania Honorária do Paraná ao Sr. Dom Pedro Casaldáliga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a instalação de uma Escola de Magistrado no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo a doação de um barracão de madeira para o Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a destinação de materiais esportivos para o Colégio Estadual Professor João Faria da Costa - Ens. de 1.º e 2.º Graus, no Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Professor João Faria da Costa, no Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a construção de sede própria no Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a ampliação das instalações do posto de saúde do Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo maior impulso no Projeto de implantação do balizamento e iluminação do Aeroporto do Município de Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo estudos para a reforma e ampliação no aeroporto do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, pleiteando a criação de uma Secretaria de Estado da Mulher no âmbito do Poder Executivo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo atendimento às reivindicações dos Municípios de Atalaia, Astorga, Ângulo, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Castelo Branco, Colorado, Floresta, Flaraí, Flórida, Iguaçu, Lobato, Mandaguáçu, Paranacity, Santa Fé e Uniflor. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a implantação do curso de magistério noturno no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o Plenário Waldemar Daros no próximo dia 29 de novembro às 15:00, para entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Joffily. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 236/84, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que regula a contratação de operações e arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta, Indireta e Autárquica, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLÊNARIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário. Aprovada.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 242/84, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EPILEPTICOS DE PATO BRANCO, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, e avisa que vai descontar dos Srs. Deputados faltosos.  
(Faz soar os tímpanos).

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).  
35 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o projeto. Aprovado.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a verificação de vota-

ção.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa já procedeu verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, a Mesa já pronunciou o resultado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa considera aprovado o requerimento e vai proceder a verificação de votação, ex-offício do requerimento que vai submeter à votação. Requer preferência de votação para o Projeto de Lei n. 212/85. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa já anunciou que faria verificação de votação. Há um requerimento de preferência. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. A Mesa solicita às pessoas que não são Deputados, que se retirem do Plenário.

19 Srs. Deputados aprovam o requerimento. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 1 Deputado rejeita. Não há quorum para votação.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.  
(É procedida à 1.<sup>a</sup> chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Responderam à chamada 35 Srs. Deputados. A Mesa adverte aos Srs. Deputados para o § 2.<sup>o</sup> do art. 176 do Regimento Interno: "É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e caso haja votado por ocasião da verificação correspondente".

Está em votação o requerimento de preferência. APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. 21 Srs. Deputados aprovam, 1 Sr. Deputado rejeita. Não há quorum para votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência que constasse em ata a presença de 21 Srs. Deputados do

PMDB e apenas 1 Deputado, o Líder da Bancada do PFL.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Eu creio que não há fundamento na Questão de Ordem levantada pelo eminente Líder, porquanto a votação não foi nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu penso que consta a presença na hora da conferência na ata, de que a Bancada do PMDB estava presente e apenas o Deputado Gilberto Carvalho estava.

O SR. PRESIDENTE - (Pela Ordem) Será anotado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 212/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 156/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha-FSCMR, destinados a cobrir despesas que específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 307/84, de autoria dos Deputados DIRCEU MANFRINATO, AMÉLIA HRUSCHKA e NILSO SGUARZI, que estabelece a obrigatoriedade de criação de creches em Repartições Públicas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 08/83, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA - ALA, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., pelo arquivamento, face a existência de projeto semelhante em redação final, por unanimidade. Arquivado.

Projeto de Lei n. 08/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA - ALA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA, também conhecida pela sigla "ALA", foi fundada em maio de 1978, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, vem desde então cumprindo com sua finalidade, ou seja, dando amparo, promovendo e recuperando os indivíduos perante a sociedade, sem distingui-los de raça, credo, cor ou qualquer outra condição social.

Isto posto, apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pais, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 08/83

Requerimento

Senhor Presidente:

Na qualidade de Relator do Projeto de Lei n. 08/83, de autoria do nobre Deputado Fiori Luiz, solicito que o mesmo, preliminarmente, seja baixado em diligência ao seu autor a fim de que ao processo se juntem a documentação prevista nos itens I, II, III e IV do art. 1.<sup>o</sup> da lei n. 6.994 de 10/1/78.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 102/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão especial, no valor do equivalente a 3 (três) salários mínimos regionais à escritora "MARIA NICOLAS". Com PARECERES da C.C.J., submetendo a deliberação do Plenário e da C.F., Favorável, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 54 de 11.06.85).

Projeto de Lei n. 102/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos regionais à escritora MARIA NICOLAS.

Art. 2.<sup>o</sup> - As despesas decorrentes desta lei correrão pela verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.<sup>o</sup> - Os efeitos da mesma vigorarão a partir de 1.<sup>o</sup> de maio do ano em curso, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 102/85

PARECER:

O projeto de lei do nobre Deputado Djalma de Almeida César visa a concessão de uma pensão especial à veneranda professora e escritora Maria Nicolas.

Não obstante ser do Executivo a iniciativa de matérias que altere despesa orçamentária, a sanção governamental do projeto ora proposto após sua aprovação pelo Legislativo sanará o vício de inconstitucionalidade, o que seria fazer justiça a quem tanto tem dado ao Paraná pelo seu exemplo de dedicação, de perseverança, de vontade de participar e de contribuir.

Assim achamos que a matéria deva ser objeto de deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 17/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator.

GABINETE DA PROCURADORIA  
COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 102/85

PARECER:

O plano de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a conceder pensão especial à escritora paranaense Maria Nicolas.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o eu aspecto financeiro, temos que o orçamento Geral do Estado em rubricas específicas, destinam verbas especiais para essa finalidade, razão pela qual não há qualquer óbice financeiro que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/10/85.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.124/85), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Nova Cantú um imóvel com área de 1.050,00m<sup>2</sup>, características e confrontações conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 130/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Nova Cantú o seguinte imóvel, situado naquela cidade e

objeto da Matrícula R-1/571, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubatã:

"Parte 2 da Chácara n.47, com área de 1.050,00 m<sup>2</sup>, da parte "A", do loteamento da cidade de Nova Cantú, com as seguintes confrontações: pela frente na extensão de 35,0 m, confronta com a Rua Niterói, pelos fundos, na extensão de 35,0 m, confronta com parte da chácara n. 47, da qual foi desmembrada, ao lado direito da extensão de 30,0 m, confronta com a Rua São Paulo, atual Rua Vereador Francisco Morais e ao lado esquerdo na extensão de 30,0m confronta com parte da chácara n.47".

Art.2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/07/85.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 130/85

PARECER:

A Mensagem Governamental n.124/85 encaminhada à apreciação deste Poder o presente projeto de lei que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Nova Cantú um imóvel com área de 1.050,00 m<sup>2</sup>, características e confrontações conforme específica.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nos termos do Art.21, item VIII, letra "C", da Constituição Estadual é de competência dessa Assembléia Legislativa, "autorizar concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual...".

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
TRAJANO BASTOS - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 149/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Guaíra o imóvel de propriedade do Estado, constituído de terreno com 3.009,10m<sup>2</sup> e prédio de alvenaria com 216m<sup>2</sup>, lote n.1 da quadra 35, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 74, de 13/08/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 149/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, doar

ao município de Guaíra, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de terreno e prédio de alvenaria que especifica.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nos termos do Art.21, item VIII, letra "C", da Constituição Estadual é de competência dessa Assembléia Legislativa, "Autorizar concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual..."

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.155/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.138/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao município de Mariluz, os lotes de terrenos urbanos n. 16 da quadra 137 e n.4 da quadra 69, situados na sede do referido Município e objeto da Transcrição n. 6.490, do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.155/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.<sup>o</sup> - Fica autorizada a doação, ao município de Mariluz, dos lotes de terrenos urbanos n.16 da quadra 137, com as benfeitorias existentes e n.4 da quadra n.69, situados naquela cidade, objeto da Transcrição n.6.490, do LIVRO 3-D do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Art.2.<sup>o</sup> - O lote n.16 da quadra n.137 destina-se à instalação da Inspeção Municipal de Ensino e o de n.4 da quadra 69, à Biblioteca Pública e não podem em qualquer tempo ser transferidos a terceiros, sob pena de reversão dos mesmos ao patrimônio do Estado.

Art.3.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/08/85.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.155/85

PARECER:

Através do Projeto de Lei n.155/85, Mensagem 138/85, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná pretende

autorização para doar ao município de Mariluz os lotes de terrenos urbanos n.16, da quadra 137, com as benfeitorias existentes, e n.4, da quadra 69, situados naquela cidade, objeto da transcrição n.6490, do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Em seu artigo 2.<sup>o</sup> é estabelecida a destinação das áreas, bem como a vedação de serem transferidas a terceiros, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Analisando a matéria, constata-se que não fere nenhum dispositivo constitucional ou legal, estando, portanto, em condições de receber parecer favorável a sua aprovação por parte desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
BASÍLIO ZANUSSI - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.140/85), que objetiva autorizar a doação ao município de Tibagi do prédio edificado pelo Estado, no ano de 1949, na Praça XV de Novembro, da sede do referido Município e que serviu às instalações do Fórum da Comarca até o dia 25/01/85, bem como a cessão de direitos de posse sobre o respectivo lote de terreno. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.156/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.<sup>o</sup> - Fica autorizada a doação ao município de Tibagi do prédio edificado pelo Estado, no ano de 1949, na Praça XV de Novembro, da sede do referido Município e que serviu às instalações do Fórum da Comarca até o dia 25 de janeiro de 1985, bem como a cessão de direitos de posse sobre o respectivo lote de terreno.

Art.2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/08/85.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.156/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, originado da Mensagem Governamental n. 140/85, objetiva autorizar a doação ao Município de Tibagi do prédio edificado pelo Estado, no ano de 1949, na Praça XV de Novembro, da sede do referido Município e que serviu às instalações do Fórum da Comarca até o dia 25/01/85, bem como a cessão de direitos de posse sobre o respectivo lote de terreno.

De acordo com a exposição de motivos

que acompanha o projeto de lei, a medida "consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois no mencionado imóvel a Municipalidade irá instalar, conforme esclarece o Senhor Prefeito, o Museu do Garimpo, refletindo, assim, as tradições históricas de Tibagi".

A matéria se enquadra entre as prerrogativas do Chefe do Poder Executivo, não possuindo, portanto, nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável ao mesmo, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

IVAN GUBERT - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.162/85, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dispõe que o "DIA DA BÍBLIA" será comemorado anualmente, no segundo domingo do mês de dezembro, em todo território do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 78, de 20/08/85).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 162/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade dispor que o "Dia da Bíblia", será comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de dezembro, em todo território do Estado do Paraná.

No que é responsabilidade desta Douta Comissão de Constituição e Justiça examinar, não existe qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o trâmite da matéria.

Vale a pena salientar que a Bíblia é o livro mais divulgado de todos os tempos. No seu todo ou em partes já pode ser lido em 1685 línguas e dialetos, conforme notícias do Concílio Mundial de sociedades Bíblicas.

Por isto e por tantas outras razões, manifestamos o nosso parecer favoravelmente ao projeto de lei, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

TRAJANO BASTOS - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.163/85, de autoria do Deputado ADHAIL S. PASSOS, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS" - Albergue Arthur Corrêa de Freitas, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no

D.A. 79 de 21/08/85).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.163/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Sociedade de Assistência aos Necessitados - Albergue Corrêa de Freitas, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria, Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, convence-nos de sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.178/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO RESIDENCIAL PARIGOT DE SOUZA" - ARPAS, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 86, de 03/09/85).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 178/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado NILSO SGUAREZI, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO RESIDENCIAL PARIGOT DE SOUZA" - ARPAS, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, convence-nos da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179/85, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara dispositivos da Lei Complementar n.14 de 26/05/82. (Dá nova

atribuição ao Conselho de Polícia Civil sobre punição de Policial e assegura direitos quanto à percepção de vencimento ou remuneração). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e C.Seg.P., ao SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.179/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Ficam revogados os parágrafos 1.º e 2.º do Art.217 e passam a vigorar com a seguinte redação os parágrafos 1.º do Art.216 e 3.º do Art.217, da Lei Complementar n.14 de 26 de maio de 1.982:

"Art. 216 - .....

§ 1.º - O Conselho da Polícia Civil por 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá decidir pelo afastamento temporário ou não do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta Lei, e por maioria simples, sobre a progressão funcional ou não do servidor policial civil, processado criminalmente ou indiciado em processo disciplinar ou sindicância".

"Art. 217 - .....

§ 3.º - O restabelecimento do vencimento ou remuneração do servidor policial punido, só ocorrerá após o cumprimento da pena, sendo-lhe assegurado, quando absolvido, o direito à percepção da diferença, com correção monetária correspondente."

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem como finalidade corrigir distorções de interpretação no Estatuto da Polícia Civil, muito especialmente o que respeita ao disposto no § 1.º do Art.217, onde o servidor, pela simples iniciação em processo disciplinar, mesmo que este seja de pequena gravidade, estaria automaticamente penalizado com a perda de 50% (cinquenta por cento) de seu vencimento ou remuneração, perda esta, que mesmo temporária, se constitui, no momento, num pesado ônus familiar.

Tal situação, em condições de exercício profissional, onde as circunstâncias possam levar o servidor aos limites do permissível, poderia, muitas vezes acarretar contrangimento na tomada de decisões, pelo temor da quebra dos regulamentos, e conseqüente restrição salarial, enquanto não fosse o assunto devidamente esclarecido e julgado.

Nestas condições, ao atribuir-se ao

Conselho da Polícia Civil o arbítrio sobre a conveniência da supressão das vantagens nos parece mais sensato.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.179/85

PARECER:

O Presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado CAÍTO QUINTANA, tem por objetivo corrigir pequena distorção verificada no texto dos arts. 216 e 217 de Lei Complementar n.14, de 26 de maio de 1.982.

Tendo em vista que a redação proposta se assemelha ao texto original, mas, que não mencionou modificação posterior à Lei Complementar citada em seu art.1.º, opinamos pela APROVAÇÃO DO PROJETO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL em anexo.

Sala das Comissões, em 26/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Ao Projeto de Lei Complementar N.179/85

Art.1.º - O parágrafo 1.º do artigo 216, e os parágrafos 3.º e 4.º, do artigo 217, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, modificada pela Lei Complementar n.19, de 29 de dezembro de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.216 - .....

§ 1.º - O Conselho da Polícia Civil por 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá decidir pelo afastamento temporário ou não do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta lei, e por maioria simples, sobre a progressão funcional ou não do servidor policial civil, processado criminalmente ou indiciado em processo disciplinar ou sindicância.

Art.217 - .....

§ 3.º - O restabelecimento do vencimento ou remuneração do servidor policial punido, só ocorrerá após o cumprimento da pena, sendo-lhe assegurado, quando absolvido, o direito à percepção da diferença, com a correção monetária correspondente."

Art.2.º - Ficam revogados os parágrafos 1.º e 2.º, do artigo 217, da referida Lei.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N.179/85

PARECER:

O plano de lei complementar em tela, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem por finalidade estabelecer nova redação a parágrafo de artigos da Lei Com-

plementar n. 14 de 26/05/82 - Estatuto da Polícia Civil, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça com Emenda Substitutiva.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, chamada a opinar sobre o mérito, temos que de acordo com a justificativa apresentada pelo seu autor, os dispositivos que se pretende alterar atendem aos interesses da classe policial, dando-lhes melhores condições no exercício profissional.

Opinamos desta forma favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03/10/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.296/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO E OUTROS, que dispõe sobre a transferência da área territorial do município de Tapira, para o município de Nova Olímpia, conforme especifica e dá outras providências. Com PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J., opinando-se também pelo seu arquivamento. Em REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 296/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica transferida para o município de Nova Olímpia, a área territorial pertencente atualmente ao município de Tapira, com as seguintes divisas:

Começa do Ribeirão das Antas no ponto de cruzamento materializado pela ponte velha de concreto onde passava rodovia municipal, n.203, desta segue em linha seca no sentido leste divisando as glebas n.403 até chegar no cruzamento das rodovias municipais n.602 e 102, daí seguindo para o Sul mantendo divisora acompanhando os terrenos denominados Ivaí até divisa com o município de Maria Helena, daí segue-se pelo córrego São Domingos até sua foz no Ribeirão das Antas e por este a jusante até encontrar a ponte velha de concreto, ponto de partida.

Art.2º - As divisas do município de Nova Olímpia, de que trata o Art.1º da Lei n. 5.794, de 13 de novembro de 1967, passam a ser as seguintes:

"Começa no Rio Tapiracuí no ponto de encontro entre os terrenos denominados Banco do Estado do Rio Grande do Sul com a gleba n.11, do núcleo Cruzeiro, subindo por este até encontrar sua foz no Ribeirão Capricórnio, acompanhando o mesmo a montante até encontrar as glebas n. 5 e 11, do núcleo Cruzeiro, daí segue em sentido Oeste até encontrar o córrego São Domingos,

daí desce por este até sua foz no Ribeirão das Antas, até encontrar a ponte velha de concreto, desta segue em sentido Leste na divisora das glebas n. 6 e 5 com uma linha seca acompanhando a rodovia municipal n.403, e continuando após esta no mesmo rumo até o cruzamento das rodovias municipais n.602 e 102, daí mantendo a divisora de municípios Nova Olímpia e Tapira no sentido Norte até encontrar o imóvel denominado Banco do Estado do Rio Grande do Sul e por este até o Rio Tapiracuí, ponto de partida.

Art.3º - As divisas do Município de Tapira, de que trata o Art.1º da Lei n. 5.495, de 02 de fevereiro de 1967, passam a ser as seguintes:

"Começam na foz do Rio Tapiracuí, sobe por este até o ponto de encontro entre os terrenos denominados Banco do Estado do Rio Grande do Sul com gleba n.11, do núcleo Cruzeiro, daí segue em linha seca a oeste até encontrar a divisa do terreno Banco do Estado do Rio Grande do Sul, imóvel, encontro com rodovia municipal n.102, daí segue ao Sul acompanhando divisora de municípios Tapira e Nova Olímpia até o cruzamento das rodovias municipais n. 102 e 602, deste ponto à Oeste em linha seca no rumo da rodovia municipal n. 403, seguindo pela divisora de glebas n.6 e 5 até alcançar o Ribeirão da Antas no ponto em que se situa a ponte velha de concreto, descendo por este até sua foz no Rio Ivaí, acompanhando este a montante até a Foz do Rio Tapiracuí, ponto de início".

Art.4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31/10/85.

(aa) EDUARDO BAGGIO, NELSON VASCONCELLOS, DIRCEU MANFRINATO e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O território conhecido por Gleba 4, Alto do Café e Santa Felicidade, atualmente integrado a Tapira, está praticamente desvinculado daquele Município, dado as precárias condições de cessa à sede. Por outro lado, está ligado por estrada asfaltada à sede do município de Nova Olímpia, de onde dista aproximadamente 18 (dezoito) quilômetros. Essa mesma estrada torna obrigatória a passagem, por Nova Olímpia, de toda a produção agropecuária daquela região, que se escoia através de Douradina.

Na rede de ensino, verifica-se que os estudantes de 4.ª a 8.ª séries, na sua quase totalidade, optaram por Escolas de Nova Olímpia, razão por que a Prefeitura colocou transporte gratuito à sua disposição.

Na área de assistência social, cabe a Nova Olímpia prestar todo o atendimento necessário à população residente naquela

região: os moradores, há muito tempo, procuram diariamente auxílio em Nova Olímpia.

Para a conservação ou abertura de estradas vicinais, os interessados dirigem-se à Prefeitura de Nova Olímpia, a qual, há muitos anos e várias gestões, recebe os pedidos como se partissem de um Distrito seu.

Toda essa assistência vem sendo prestada por Nova Olímpia desde a sua fundação, pois, conforme o comprovou o tempo, a divisão da área que lhe deu origem não foi das mais felizes.

Os moradores da área enfocada, na sua quase totalidade, ecorrem, constantemente, à Prefeitura de Nova Olímpia, onde encontram atendimento rápido e eficiente às suas reivindicações, o que não acontece quando se dirigem a Tapira, não só pela distância que os separa da sede daquele Município, mas também, por ser conhecida a sua condição de "Distrito de fato de Nova Olímpia".

Justificada, portanto, a prestação assinada por 105 (cento e cinco) pessoas que vivem naquele território e que, livremente, na forma da lei, deram início aos procedimentos para concretizar esta justa aspiração.

Os demais requisitos legais serão supridos, assim que requisitados pela douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 296/84

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, tem por finalidade a transferência de área territorial do município de Tapira para o município de Nova Olímpia, conforme especifica.

Convertido em diligência, a requerimento do relator anteriormente designado, (fls.30), a fim de ser ouvida a Câmara municipal de Tapira, conforme estabelece o art.3.º a Lei Complementar n.12 de 17/11/81, deparamos com a manifestação contrária, por maioria de votos, dos integrantes do Legislativo Municipal de Tapira, fls.33 e 36 do processo.

Nestas condições, conforme o estabelecido no art.3.º da citada Lei Complementar n.12, não vemos como possa prosperar o presente plano de lei, razão pela qual nos manifestamos contrariamente ao mesmo, opinando-se pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
TRAJANO BASTOS - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.319/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que

declara de Utilidade Pública a sucursal de Curitiba, da "ASSOCIAÇÃO DOS PREVIDENCIÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS - APRESUL", com sede e foro na Cidade de Porto Alegre- RS. Com PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI N. 319/84 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a Agência Sucursal de Curitiba, da "Associação dos Previdenciários e Servidores Públicos- APRESUL", com sede e foro na cidade de Porto Alegre- Rio Grande do Sul.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1984  
(a) ERVIN BONKOSKI.

##### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade, através de sua agência sucursal de Curitiba, preenche os requisitos essenciais previstos na legislação estadual que regula o instituto de utilidade pública conforme a documentação que anexo apresentamos.

Nestas condições estamos apresentando o presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer ao Projeto de Lei n. 319/84

O presente Projeto de Lei n. 319/84, de autoria do nobre Deputado Ervin Bonkoski, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Agência Sucursal de Curitiba da Associação dos Previdenciários e Servidores Públicos- APRESUL.

Rejeitado o parecer favorável apresentado pelo relator anteriormente designado, nos termos do § 5 do art. 60 do Regimento Interno apresentamos o parecer contrário ao Projeto de Lei n. 319/84, de acordo com o deliberado pela maioria desta Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 1985  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 19/85, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS Leão; As mulheres, servidoras públicas da Administração Direta e Indireta, será facultado o gozo das férias do mesmo período

do cônjuge funcionário Público Estadual e das outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e da C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 13, de 18.03.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n. 19/85

A intenção do Deputado Artagão de Mattos Leão com o presente projeto de lei é permitir que as mulheres servidoras públicas da Administração Direta ou Indireta possam gozar as suas férias no mesmo período do cônjuge funcionário público estadual.

A medida é plenamente justificada, pois dará condições às famílias onde o casal trabalha para o Estado poderem usufruir as suas férias.

Ao ser examinada do ponto de vista constitucional, legal ou regimental, a matéria revelou-se estar em condições de ser levada ao Plenário para a apreciação dos Senhores Deputados.

Portanto, nossa manifestação é favorável ao projeto de lei, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS.  
Parecer ao Projeto de Lei n. 19/85

O nobre Deputado Artagão de Mattos Leão, através do Projeto de Lei n. 19/85, procura proporcionar a possibilidade dos casais - no caso em que ambos exerçam atividade fora do lar, gozarem férias no mesmo período.

Analisando a iniciativa constatamos que não fere preceito legal ou constitucional, além de satisfazer o interesse da grande maioria dos funcionários públicos estaduais que, desta maneira, poderão gozar as férias, a que têm direito, ao lado de seus familiares.

Assim sendo, o parecer desta Comissão de Recursos Humanos é favorável à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1985

(aa) PÉRICLES PACHECO

Presidente

ANTÔNIO BELINATI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/85, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n. 76/85, que dispõe sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o

Curitiba, terça, em 22.10.85

art. 172, item V, da Lei n. 6174, de 16.11.70, aos funcionários da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade, à EMENDA DA C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 43/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - A gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, será devida aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação Caetano Munhoz da Rocha, quando estiverem no desempenho de atividades que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho os exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente, e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Parágrafo Único - Entende-se como limite de tolerância a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do funcionário durante a sua atividade laboral.

Art.2.º - A gratificação prevista nesta lei será paga aos funcionários de que trata o artigo anterior, independente da jornada de trabalho a que estejam sujeitos.

§ 1.º - O percentual a ser deferido como gratificação será definido em função do grau de insalubridade a que estiver exposto o funcionário durante o seu trabalho.

§ 2.º - Não será devida a gratificação:

I - Quando o risco de saúde for considerado ocasional; e

II - Quando o funcionário estiver sujeito a agentes nocivos, mas dentro dos limites de tolerância.

Art.3.º - De acordo com o grau de risco a que o funcionário estiver exposto, o percentual de gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento), ou 40% (quarenta por cento), do maior salário mínimo vigente no país à data do último aumento geral de vencimentos do funcionalismo do Estado, devendo ser reajustada juntamente com os aumentos gerais subsequentes.

Art.4.º - É vedada a percepção cumulativa da gratificação pelo exercício de trabalho com risco de saúde, com a grafi-

cação pelo exercício de trabalho com risco de vida, mesmo que por lei elas sejam regulamentadas separadamente.

Art.5.º- Não será devida a gratificação prevista nesta lei quando do afastamento do funcionário do exercício das atribuições que ensejaram a concessão da vantagem, salvo nos casos dos itens I, II, III, V, VI, VIII, IX, X e XI do art. 249, da Lei n. 6.174/70.

Art.6.º- Ocorrendo a atribuição de encargos diferentes daqueles que justificaram a concessão da vantagem, ou a remoção dos fatores de insalubridade, o funcionário beneficiado perderá o direito à vantagem e o órgão setorial de recursos humanos providenciará de imediato a sustação do respectivo pagamento.

Art.7.º- Para fins de mensuração dos graus de insalubridade, o órgão incumbido de proceder a perícia adotará os critérios tecnicamente recomendáveis e no laudo dirá somente se o risco é mínimo, médio ou máximo.

Art. 8.º- O órgão próprio, especialmente credenciado pela Secretaria de Estado da Administração, deverá apurar se o risco a que está submetido o funcionário é inerente às atribuições do respectivo cargo e emitir o necessário laudo, levando em conta:

- I- se há risco de saúde;
- II- se é imediato ou ocasional;
- III- se o risco pode ser removido ou minimizado; e
- IV- quais os meios a serem adotados.

Art.9.º- A Secretaria de Estado da Administração, a seu critério, baixará as instruções complementares que julgar necessárias ao cumprimento da presente lei.

Art.10- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Voto em Separado ao

Projeto de Lei n. 43/85

O Projeto de Lei n. 43/85, oriundo de Mensagem Governamental, foi encaminhada para exame de seus aspectos legais a esta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável de seu relator, Deputado Mário Pereira.

Quer nos parecer, no entanto, que para que o projeto em questão venha, realmente, a atender as finalidades a que se propõe, necessário seria se levar em consideração os antigos leprologistas, hoje hanseniológicos, tisiologistas e radiologistas, que, a partir de 1951 foram agraciados com gratificação semelhante e em 1962 a tiveram congelado no valor, hoje, insignifi-

cante de CR\$ 13,20 (treze cruzeiros e vinte centavos), que vige até a presente data.

Nestas condições, para que se restabeleça os princípios de equidade e justiça, que devem, sem dúvida, nortear os atos da administração pública, que nos parece justa que remediemos esta situação, através da emenda que ora apresentamos.

É nesse sentido, portanto, o nosso voto em separado, favorável ao projeto, acrescido da emenda que anexo.

Sala das Comissões, em  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
IVAN GUBERT  
Relator.

*2.05*  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Emenda ao projeto de Lei n. 43/85

Fica acrescido ao Art.1.º, o seguinte parágrafo:

§ A gratificação de que trata este artigo, à base de 1/3 do respectivo vencimento, estende-se aos hanseniológicos, antigos leprologistas, tisiologistas e radiologistas inativos, que se aposentaram antes de 1970 e que gozavam de vantagem do terço de risco de saúde, congelado em agosto de 1962.

Sala das Comissões, em  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
IVAN GUBERT  
Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n. 43/85

Originado de Mensagem Governamental de n. 76/85, o projeto de lei sob exame desta Comissão de Constituição e Justiça, dispõe sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o Art. 172, item V, da Lei n. 6174, de 16.11.70, aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, conforme especifica.

Justifica a proposta, a regulamentação do risco de saúde para os funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, que se encontram à disposição da Fundação acima mencionada, a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social informa que os servidores regidos pela C.L.T., nos mesmos estabelecimentos de saúde, percebem o adicional de insalubridade. Além disso, afirma que vários funcionários obtiveram na justiça o seu direito de tal gratificação, na razão de um terço do vencimento.

Analisando o presente projeto, verifi-

camos que se trata de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo, conforme disposto no Art. 47, da Constituição Estadual.

Não havendo óbice legal, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 43/85

Com este projeto de lei, encaminhado através da Mensagem Governamental n. 76/85, o Senhor Governador do Estado pretende dispor sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de acordo com o Art. 172, item V, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado).

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável. Requerida vistas, o Senhor Deputado Ivan Gubert, após justificativa, apresentou emenda aditiva ao Art. 1.º, recebendo apoio dos membros da referida comissão.

No âmbito desta Comissão de Finanças, que é de analisar a parte financeira da matéria, notamos que não foi mencionada a fonte que suportará as despesas decorrentes com a aplicação deste projeto, sendo de presumir-se haver nestas própria, devidamente dotada no Orçamento Geral do Estado.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas legais vigentes, merecendo nosso parecer favorável, opinando-se por sua aprovação, acrescida da emenda apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1985  
(a) HOMERO OGUIDO

Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n. 43/85

O Poder Executivo, com a Mensagem n. 76/85, encaminha anteprojeto de lei que dispõe sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

A Comissão de Constituição e Justiça, em minucioso pronunciamento, opinou favo-

ravelmente, aproveitando a oportunidade para apresentar uma emenda, adequando com essa medida o pagamento da gratificação a antigos funcionários daquela Secretaria.

Por sua vez, a Comissão de Finanças, analisando cuidadosamente o aspecto financeiro, concluiu favoravelmente a matéria.

Esta Comissão de Recursos Humanos, sensível a todos e qualquer iniciativa destinada a melhorar as condições financeiras e estruturais do funcionário público estadual, desde que amparada na ordem administrativa e no direito, sente-se à vontade para aprovar o projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1985  
(aa) PÉRICLES PACHECO

Presidente

ANTÔNIO BELINATI

Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 211/85, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n. 155/85, que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Suplementares até o limite de CR\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões e quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do IPE, destinados a cobrir despesas com Pessoal, Custeio e Capital. SEM PARECER EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 211/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares até o limite de CR\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões e quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná- IPE, destinados a cobrir despesas com Pessoal, Custeio e Capital.

Art.2.º- Servirá como recurso para a cobertura dos créditos de que trata o artigo 1.º desta lei, o estabelecido no item II, § 1.º, do Artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1985  
(a) PODER EXECUTIVO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene, para quarta-feira, dia 23 às quinze horas, para entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná, a sua Exce-

lência Reverendíssima Dom Pedro Antonio Marchetti Fedalto, e uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

## EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei n.s 182/84, 41/85 e 72/85.

## EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 307/84, 25/85, 42/85, 79/85, 131/85, 152/85, 212/85 e dos Projetos de Resolução n.s 82/85, 83/85, 84/85, 85/85, 86/85, 87/85, 88/85, 89/85, 90/85, 91/85, 92/85, 93/85, 94/85.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.s 179/85 e dos Projetos de Lei n.s 110/84, 158/84, 180/84, 293/84, 296/84, 319/84, 18/85, 19/85, 43/85, 62/85, 102/85, 111/85, 115/85, 118/85, 119/85, 121/85, 122/85, 129/85, 130/85, 136/85, 149/85, 155/85, 156/85, 162/85, 163/85, 175/85, 178/85, 183/85, 211/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- do Projeto de Lei Complementar n. 170/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ODENI MONGRUEL, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1985.

## "A RURALIZAÇÃO" E A INFORMÁTICA.

Jornal "Gazeta do Povo".

A insuspeição de Celso Furtado, no seu recente "A Fantasia Organizada", diz-nos um episódio histórico que carrega em si uma advertência candente: Antes do Plano Marshall, que reconstruiu a Europa e ainda quando os Estados Unidos estavam vivendo a II Grande Guerra, surgiu o Plano Morgentau. Ressumava o espírito da própria tensão desse conflito com a Alemanha. Preconizava forçar a regressão da economia alemã ao nível de sua "ruralização", isto é, baixar o padrão de vida a um patamar igual ao dos países pobres da bacia mediterrânea.

Podemos ir a um outro exemplo. Há um estudo feito pelo Professor Homem de Mello, da USP (Universidade de São Paulo), que fixa, clara e incisivamente, esse mesmo tema de ruralização a partir de uma outra ótica: os salários. Comprova, através de recursos de dados econométricos, uma verdade que, hoje, beira ao acáciano: o valor dos salários no meio rural é

substancialmente mais baixo que o existente, por exemplo, na área da chamada Grande São Paulo, onde existe a maior concentração industrial da América do Sul.

Um outro fato: O jornalista Joel Garreau, do "Washington Post", num recente livro que intitulou "As Nove Nações da América do norte", ressalta que o Sul - rural, pobre, atrasado, sofrido pelo peso mais forte da discriminação racial - se apresenta como um "Novo Sul". O milagre do atual impressionante impulso de desenvolvimento que elevou substancialmente, o padrão de vida dessa área meridional americana, se deveu, em termos básicos, ao ingresso da Informática, atividade quaternária, na Região. Capitais europeus e, depois, capitais vindos do Norte, adquiriram terras baratas e realizaram um trabalho básico: reciclaram mão-obra, levando-a à produção de componentes do estágio eletrônico, cujo mercado de consumo alcança deltas impressionantes de expansão.

A ninguém pode passar despercebidas duas notícias recentes que, ainda, estão sob nossos olhos: Os paulistas fizeram a maior mostra eletrônica brasileira, quicá da América do Sul, no Ibirapuera. De nossa parte, ocupamos manchetes nacionais pelo esforço - com forte dose de humanismo, certamente - no sentido de ser o primeiro Estado brasileiro a assentar grupos de "sem-terras" em três fazendas do Sudoeste paranaense.

Quais as ilações que poderiam ser alcançadas a partir destes recentes eventos. no Paraná e em São Paulo, dentro do prisma de fatos que apontamos a partir de colocações de Celso Furtado, professor Homem de Mello e do jornalista Joel Garreau? Poderíamos pegar a ponta desse raciocínio e levá-lo para a realidade histórica, recordando que no primeiro governo de Moysés Lupion, após a redemocratização do País, o nosso Estado assistiu a grandes impulsos no sentido da construção de estradas e de usinas hidrelétricas. A partir de 60, na administração Ney Braga, com a estruturação da Codepar (com o então comentadíssimo aumento do IVC de outrora), sistematizamos melhor e com apoio financeiro local o esforço para buscar o binômio energia-estradas. O sentido dessa direção de trabalhos consolidou-se nos governos posteriores, marcadamente, de Paulo Pimentel e de Canet Júnior. Hoje, o Paraná não se aflige em termos da malha rodo-ferro-portuária e nem se torce em aflições, como nos idos de 60, em relação ao problema de energia. Somamos a isto um formidável processo de comunicações, que formaram os grandes lastros para a caminhada mais segura no setor da industrialização. Já se pode fazer, com algum esforço, a afirmativa de que a economia paranaense, na sua trajetória para o fim

deste decênio, está quase equalizada, tripartitemente, em agricultura, indústria e atividades terciárias. A colocação básica que fazemos nesta ligeira nota editorial - mas que já vem perpassando preocupações constantes de nossas colunas - é de que devemos avançar. O esforço para assentamentos no meio rural tem que ser feito com a mesma intensidade que nos leve ao trabalho quaternário: para a informática. Se é um truismo histórico, sociológico e econômico a irreversão do fluxo migratório do campo para a cidade, é importante não desconhecer a tendência inexorável que se pronunciou no Paraná a partir dos anos 70 de que já somos um Estado "urbano". Como em economias européias e nos Estados Unidos, a tecnologia agrícola expulsa o homem do campo, quando não outros problemas. A linha é, pois, de avanço na busca da fronteira da técnica sofisticada. Nesse sentido, é importante que nos apressemos para estudar o Paraná, preparando-o para os próximos três lustros, quando alcançaremos o ano 2.000.

Na visão retrospectiva paranaense, desde o primeiro governo estadual de 1947 até agora, fomos cumprindo etapas. Agora, é importante observar que temos dever de preparar caminhos visando a atingir o estágio quaternário, num esforço que não podemos desconhecer e que se pode iniciar em torno dessa batalha que "Gazeta do Povo" vem convocando a visão das lideranças locais, no sentido da criação, inicialmente, do Pólo de Informática do Paraná, para que não deixemos passar a história, acocorando-nos no embevecimento de sermos "celeiro da Nação", cujo reverso da medalha o professor Homem de Mello nos diz, penosamente para nós, que somos uma unidade onde o nível de salário é baixo. Lembremo-nos da tentativa do Plano Morgentau, que os americanos pretendiam fazer com a economia alemã, "ruralizando-a", na revelação do episódio que nos é contado pela insuspeição da palavra de Celso Furtado. Entre a "ruralização" paranaense como um rumo sócio-econômico e a Feira da Informática de São Paulo há um espaço de reflexão às lideranças do Paraná sobre o qual continuaremos insistindo ...

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1985.

"CARTA DE UNIÃO DA VITÓRIA"

Ordem dos Advogados do Brasil  
Subseção de União da Vitória

O Colégio de Presidentes das Subseções

nais da Ordem dos Advogados do Brasil, representando os advogados do Paraná, reunido com os Presidentes da Seccional e Nacional, bem como com membros do Conselho do Paraná, declaram, em conclusão ao encontro de UNIÃO DA VITÓRIA, sua confiança nas diretivas que afirmam a necessidade de convocação de uma verdadeira Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, autônoma e representativa de todo o povo, na edificação de uma Constituição que represente realmente as aspirações da sociedade brasileira. Exigem dos atuais parlamentares a modificação do projeto de emenda à Constituição apresentado pelo governo, que mantém o sistema autoritário, através da mesma forma de emenda constitucional de 1969 para a representação eleitoral, que consagra o modelo de Congresso Nacional idêntico ao presente para discutir emendas à Constituição. Será necessária a revisão da representatividade do povo, para que os votos sejam de peso equivalente para todos os eleitores. Será fundamental que a Assembléia Nacional Constituinte seja independente e livre das amarras do Congresso Nacional, afastando-se qualquer embuste que conserve o regime anterior, condenado pela opinião pública.

A Assembléia Nacional Constituinte deverá definir a própria representatividade do povo, bem como as estruturas do Legislativo, sem condicionamentos ao presente sistema de Poder, que se revelou irresponsável, inoperante, casuístico e fisiológico.

A liberdade reclama uma Constituição legítima, que não sofra a influência ou interferência dos Poderes Constituídos, pois não se integram ao Poder Constituinte.

Os advogados do Paraná e o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil conclamam os atuais parlamentares a agirem e votarem com a boa consciência e a responsabilidade dos tempos presentes, alterando o Projeto do Governo e criando novas regras para a legitimidade e a autenticidade da Assembléia Constituinte livre e autônoma, porque só assim serão atendidas as aspirações do povo brasileiro. União da Vitória, 29 de setembro de 1985.

(aa) Assinatura ilegível  
Antônio Alves do Prado Filho  
ilegível

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1985.

"ENCONTRO DE ENGENHEIROS DA REGIÃO SUL - ENRESUL"

Pronunciamento do Deputado Estadual ADHAIL

Senhoras e Senhores,

Os mesmos momentos que testemunharam nossa formação profissional, que acompanharam nossas dúvidas e incertezas e que presenciaram nossas aspirações e nossas esperanças durante os inolvidáveis anos de vida universitária, hoje acompanham a ansiedade e a desesperança daqueles que se propõem a fazer da engenharia um instrumento de realização pessoal e de colaboração para a vida comunitária e solidária. A forma especial, o ânimo do engenheiro em colaborar na tarefa de construir uma nação livre e soberana. Nossas universidades estão em vias de chegar ao caos e, nós, engenheiros, estamos sendo aliçados das forças de produção, que devem ter, como objetivo maior, projetar este país-continente nos rumos de seu destino vitorioso e propiciar a seu povo, pacífico e trabalhador, uma vida digna e dignificante.

Estes tempos de transição democrática reclamam a nossa ativa participação. Não podemos permanecer como párias de um país como o nosso, indiferentes ao drama vivido por irmãos carentes do mínimo indispensável e permanecer à deriva do processo de reconstrução que a Nação atravessa. É hora de unir os homens de bem para esta premente reconstrução, para o soerguimento das forças de trabalho nacionais, para a valorização profissional de cada cidadão. A ninguém, muito menos a nós engenheiros, é dado o direito de arrefecer os ânimos, de cruzar os braços e simplesmente reverberar contra uma incômoda situação. É chegado o momento de engajamento, do compromisso com a Nação brasileira, para restabelecermos um pacto entre as várias e mais diversificadas forças de trabalho, visando a realização de um mutirão nacional contra a fome e o desemprego, contra a marginalidade compulsiva e a violência compulsora. É chegado o momento e a vez de cada um de nós, engenheiros deste país, colocarmos nossos conhecimentos e nossas esperanças, no soerguimento de nossa pátria.

É preciso navegar e enfrentar a procela; é preciso vencer a grande batalha da retomada do crescimento econômico e de nosso desenvolvimento enquanto Nação. Nós engenheiros, não podemos cruzar os braços numa atitude pilatiana de lavar as mãos. O dar-se as mãos é imperiosa atitude neste momento de convocação geral. Não podemos ignorar este chamamento se desejarmos que nosso país caminhe com seus próprios pés, se queremos que ele cresça e se desenvolva mediante soluções encontradas pela racionalidade própria de seus filhos, pelo fruto legítimo de seus trabalhos. Como acordar este Brasil-gigante, com a solidificação de sua democracia, com esta hora deci-

siva e decisória do resgate da soberania nacional, com despertar da Nova República,

nós engenheiros devemos estar decididamente comprometidos. A Nação precisa desta força matriz e motriz conscientemente engajada, para se recompor e se fortalecer. A Região Sul do Brasil - PR/SP/SC/RS - dinamismo da reconstrução nacional não pode prescindir desta força de trabalho qualificada para a vitalização democrática do Brasil. Este Encontro, em realização em Curitiba - pólo central do Paraná, está convocando e resgatando os seus técnicos, seus profissionais cuja lucidez e dinamismo estão colocados a serviço da retomada brasileira pelo progresso. A política é o canal mais dinâmico e mais legítimo para viabilizar o resgate da ciência e da tecnologia e colocá-las à disposição das propostas saneadoras que se fazem prementes e necessárias. Somente através de uma frente composta pelos trabalhadores e por aqueles culturalmente preparados chegaremos a soluções factíveis num mínimo espaço de tempo e conseguiremos adequá-las à realidade concreta em que vivemos.

A Nação e os Estados aqui presentes estão amalhando seus gabaritados técnicos, recolhendo sua imensa criatividade para reestruturarem-se numa verdadeira correnteza contra a estagnação e o retrocesso; integrados, requisitam este valioso potencial humano de suma importância nesta hora da retomada de nosso desenvolvimento.

Companheiros! Colegas de profissão e dos inúmeros problemas que se nos deparam cotidianamente! Irmãos de fé e de esperança nesta Nação e neste povo, iniciemos a nossa sementeira. Levemos nossa mensagem e nosso testemunho de que não apenas os números compõem a nossa existência; provemos que a nossa construção maior relaciona-se com a democracia brasileira, moderna, sólida e resistente à toda sorte de intempéries; e provemos que estamos ao lado de um programa de governo ativo e de cunho social voltado para os reclamos da Nação e com partidos e candidatos que empunham a bandeira do trabalho e da justiça social, alicerces da intensamente desejada paz social.

Esta é a mensagem pessoal que faço como engenheiro.

E, para concluir, agora em nome do Poder Legislativo do Paraná, desejo parabenizar os Sindicatos de Engenheiros da Região Sul, aqui reunidos, pela realização deste I Enresul, deixando a certeza de que, ao final deste Encontro, sairão contribuições valiosas para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que queremos livre e soberana, de modo a que o Brasil tenha uma Constituição Democrática que regule as relações sociais sob o império da Justiça Social.

Muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DE-

PUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1985.

## FECHAMENTO DO COLÉGIO MILITAR

Flora Munhoz da Rocha  
Jornal "Gazeta do Povo"

Não digo que tenho lido com satisfação a manchete da Gazeta do Povo de 30 de setembro "Colégio Militar, Afinal, Vai Fechar", mas foi com a convicção de que o tempo é o grande justiceiro. O destino se encarega do revanchismo no sentido de que "aqui se faz, aqui se paga".

Quando pela Semana da Criança, os órgãos governamentais têm como prioridade, as vistas voltadas para o menor abandonado, este meu artigo polêmico é de certa forma oportuno.

Os mais antigos estão lembrados de que em 1955 foi festivamente inaugurada a Cidade dos Meninos no local onde após o governo Bento instalou-se o Colégio Militar. Nunca cheguei a entender os motivos que levaram a ser cometida a cruel injustiça.

Todos sabem que durante o governo de Bento foi comemorado o nosso centenário de emancipação política. Fazendo parte das comemorações, houve a exposição denominada "Feira do Café". Em terreno próximo ao Jockey Clube foram construídos pavilhões para exibição de indústrias brasileiras. Terminados os festejos, pedi ao governador que doasse tudo aquilo para adaptação de uma instituição de proteção ao menor abandonado.

Eu tinha conhecimento de como os meninos estavam mal acomodados e mal orientados em Campo Comprido dormindo dois ou três em cada cama, comendo com a mão, maltratados pelos soldados que os vigiavam. Sentindo-se prisioneiros, fugiam assim que podiam.

Bento achou a idéia fabulosa e a Assembleia Legislativa votou uma lei doando terreno e benfeitorias para ser criada a "Cidade dos Meninos". Entusiasmei-me e tornou-se minha idéia fixa. Começamos o aproveitamento dos pavilhões pedindo daqui e dali: auxílio do Ministério da Saúde. Festas beneficentes. Colaboração de fábricas com azulejos, aparelhos sanitários, camas, colchões... e nossa linda cidade começou a florescer. Em resumo, menos de seis meses e abrigávamos trezentos meninos numa área com capacidade para cinco mil.

Lembro-me um momento em que ficamos sem verba para pagar operários. A fim de que as obras não parassem, foram convocados detentos da penitenciária com profissões de pedreiro, carpinteiro, pintor.

Instalamos uma cozinha-modelo com painéis de pressão. Organizamos padaria para suprir não só a cidade como até toda a redondeza. Oficinas se multiplicavam. As utilizadas para a construção do Centro Cívico nos foram doadas. Como coroamento,

trouxemos os especializados padres Don Orione.

Abriávamos adolescentes felizes vivendo numa cidade de portas abertas. Os meninos removidos de Campo Comprido cooperavam orgulhosos da sua Cidade. Estavam contentes o que era o principal. Começaram a acreditar. Eu os reunia em conversa amiga: "Aqui não é prisão, é lar. Vocês são os donos desta Cidade. Os padres são seus amigos, não estão aqui para castigá-los e sim para orientá-los e protegê-los".

Comovente visitá-los. Quando me viam, largavam suas tarefas e vinham correndo, falando ao mesmo tempo, contando das novidades. A Primeira Comunhão foi de derramar torrentes de lágrimas a japoninha nova, a fita branca, a vela, as mãos postas e ninguém deles, só nós duas, Rosita Franco e eu, ajoelhados no mesmo banco com a mesma comoção a nos apertar a garganta e definitivamente contagiadas de um amor por aqueles meninos.

Eu não fazia outra coisa a não ser planejar de papel e lápis de manhã à noite. O importante era ocupá-los preparando-os para o futuro. Passariam por testes em todas as oficinas a avaliar a vocação, se seriam carpinteiros, mecânicos, sapateiros, alfaiates, músicos (formaram logo uma bandinha linda de morrer), além dos estudos, é claro.

Quem inaugurou não fui eu, foi Rosita Franco, Bento foi para o Ministério da Agricultura e Dr. Adolpho Franco o substituiu no governo. As grandes verbas solicitadas chegaram quando eu já não estava. Entreguei minha amada Cidade à Rosita que tocou a todo vapor. Quando vim do Rio para a inauguração nem reconheci minha Cidade. Havia triplicado. Tornara-se a Cidade dos Meninos completa que eu sonhara. Houve inauguração oficial. Governador, Arcebispo, Autoridades, Imprensa, Discursos. Eu falei chorando de emoção. A revista Manchete fez reportagem com fatos afirmando ser o cartão postal de Curitiba e que todos os Estados deveriam imitar.

Aquele sonho transformado em realidade era lindo demais para durar. Assim que mudou o governo, comissão governamental foi lá fazer visita. Eufórica eu só imaginava o tamanho do entusiasmo deles. Mas, não. Acharam tudo péssimo. Foi derrubada a lei, evacuaram os meninos e ofereceram toda nossa obra para o Colégio Militar. Foi o fim da Cidade dos Meninos. Não havia mais nada a fazer. Pobre nasce e vive para apagar de boca calada, preparados a enfrentar decepções. Na manhã em que estavam sendo removidos, cientes de que o que chegaram a acreditar era falso, eu me solidarizava como se tivesse sido atingida diretamente.

Bem mais tarde, quando Bento tornou a candidatar-se a governador e os paranaenses preferiram eleger Paulo Pimentel, pro-

meteu-me que se fosse eleito, seu primeiro ato seria reconduzir os menores abandonados para a Cidade dos Meninos. Retruquei descrente: "Isso não acontecerá jamais. Militar não é menor abandonado que vai saindo de cabeça baixa. Militar te põe uma metralhadora diante do nariz e quero ver".

Agora o Colégio Militar vai fechar. Se houvesse um pinga de sensibilidade, poriam a disposição para o retorno da Cidade dos Meninos devolvendo o seu a seu dono. Isso não irá jamais acontecer. Imaginem só.

Hoje, com esta onda de assaltos e violências, estou convencido de que se tivessem deixado minha Cidade dos Meninos existir, quantos bandidos poderiam ser homens de bem e quanto menino não estaria rolando, desorientado, piveteando, incapaz de um gesto de amor.

#### VETERANA VERBA

#### A ABSURDA EXTINÇÃO DOS COLÉGIOS MILITARES

David Carneiro

Que o governo atual do Brasil tem vontade de acertar, parece evidente; mas que estejam certas as medidas que venha tomando através dos diferentes ministérios, são outros quinhentos, isto é, certamente, não está acontecendo.

Vejamos por exemplo o caso de dois ministérios, o do Exército e o da Educação, para um caso.

Acham os militares do exército que estão talvez gastando demasiadamente em educação secundária (que diretamente lhes não diz respeito) e decidem desativar os colégios militares, salvo os do Rio, Brasília e Manaus.

A escolha é, segundo imaginamos, completamente arbitrária. Houve, por acaso, alguma consulta ao ministério da Educação sobre a possibilidade de acerto e aproveitamento dos professores, de uma nova modalidade para a permanência desse ensino (que tem fama) e é dos menos degradados do país? Creio que não. Também o capital empastado em edifícios e em material de ensino, tudo com a desativação vai ser perdido, e o destino desse material é a anulação, sem mais nem menos, à moda da cavalaria: Rápido e mal feito!

No entanto toda a gente sabe que os colégios militares são os que ministram melhores cursos secundários em nosso país, e também se sabe que há muito tempo se deseja evitar os chamados "exames de admissão" as Universidades.

Ora; os alunos que provêm dos colégios militares, geralmente passam nos exames de admissão ou vestibulares, sem nenhuma dificuldade, e talvez essa vantagem, esse prestígio real, pudesse ser fixado pelas instituições secundárias do exército que passassem a ser mantidas por fundos civis

do Ministério da Educação, mantendo-se intocada a administração, a disciplina, o sistema de ensino e o rigor pedagógico que existe nos colégios militares e que pura e simplesmente se deseja jogar fora; como se essa experiência fosse inútil ou até mesmo prejudicial a um país que é subdesenvolvido e atrasado, que tem deficiência de ensino em todos os níveis, e que, quando consegue (por acaso) um sistema que produz resultados reais, decide pura e simplesmente desfazer-se disso, sem proveito algum para ninguém, e anula os esforços pedagógicos realizados por decênios.

Parece incrível, mas estamos às vésperas de assistir a um caso desses:

O mesmo exército que aceitou a incumbência de multiplicar os colégios militares, por não haver podido extinguir o Colégio Militar do Rio de Janeiro visto que o local (em S. Francisco Xavier onde residia o Conde de Bonfim) foi presente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e a mesma reverterá em caso de extinção do dito colégio), conforme tenham os seus dirigentes simpatias ou antipatias pela instituição, resolve fazer crescer e depois de certo tempo anular o que haja feito, tentado, mantido e visto progredir...

Se existem razões para eliminar os colégios militares, havemos de convir que jogar pelos ares uma experiência profícua de alguns decênios é, ou parece ser, loucura.

O país perderia se essa medida extrema fosse adotada e posta em vigor. Há certamente, múltiplas formas de aperfeiçoamento no sentido de decisões que sejam convenientes.

O governo do Brasil tem sido, desde 1930, dos piores de que o mundo se possa lembrar.

Andamos educacionalmente para trás: não produzimos senão midiocridades que não chegaram a brilhar em coisa nenhuma no exterior; não conseguimos sequer um prêmio Nobel de Literatura e as poucas coisas que podemos considerar boas, destruímos sem pensar bem no que estamos fazendo?

O governo central deseja acertar, parece evidente; mas deveria, em certos casos, evitar que medidas extremas de diretrizes sóbrias, redundassem em prejuízos radicais como esse da anulação de experiência fecunda e nobre.

O primeiro colégio militar, fundado em 6 de maio de 1839 ainda ao tempo de D. Pedro II, foi idéia do então major Antonio Ernesto Gomes Carneiro, cujos filhos homens, todos eles, passaram pela instituição, mesmo o ministro Mário Tibúrcio Gomes Carneiro (que era aleijado das duas pernas) e isso por consideração especial à pessoa de seu genitor, falecido na Lapa em 1894.